



Diagnóstico Participativo sobre a Evasão Escolar das Meninas

Segunda etapa

Cabo de Santo Agostinho (PE)
2022



Ficha Técnica

Coordenação do Projeto:

Cassia Jane Souza

Consultoria:

Ana Claudia Pessoa da Silva

Avanildo Duque da Silva

Coordenação da pesquisa de campo:

Hyldiane Pereira de Lima

Flavia Maria Lucena

Relatório do Diagnóstico:

Avanildo Duque da Silva

Equipe de mobilização e apoio:

Marli Maria da Silva

Rosana Olegario

Sara Cristina Alves

Equipe de entrevistadoras:

Ponte dos Carvalhos

Maria Eduarda dos Santos

Rosileide Maria de Souza

Tatuoca

Marta Marieli da Silva

Centro do Cabo

Vitória Xavier dos Santos

Vila Claudete

Dandara Silva Xavier

Monique Vitória de Oliveira

Raisa Maria da Silva

Praias

Raissa Gabriela Bonifácio

SUMÁRIO

Apresentação	04
1. Introdução: objetivos do Diagnóstico e síntese da primeira etapa	05
<i>1.1 Síntese da primeira etapa do Diagnóstico</i>	06
2. Metodologia: reinventar-se a partir do contexto da covid-19	07
<i>2.1 Reinventar-se a partir do contexto da Covid-19</i>	09
<i>2.2 Os instrumentos do Diagnóstico nessa segunda etapa</i>	11
<i>2.3 Perfil das meninas treinadas para serem entrevistadoras</i>	12
12	
<i>3.1 Situação socioeconômica das meninas e jovens mulheres que estão fora da escola</i>	12
a) Onde estão essas meninas e jovens mulheres?	13
b) Qual a idade, cor/raça e estado civil dessas meninas e jovens mulheres?	13
c) Com quem moram as meninas e jovens mulheres e quem sustenta a casa onde elas vivem	15
d) Sobre gravidez precoce e indesejada	17
e) Habitabilidade e acesso à internet	18
f) Vulnerabilidade às violências	19
<i>3.2 O perfil das localidades onde vivem das meninas e jovens mulheres que estão fora da escola</i>	20
a) As meninas e jovens mulheres gostam de morar nessas localidades, apesar dos problemas de segurança	21
b) As meninas e jovens mulheres moram em locais com certa precariedade na infraestrutura e nos serviços públicos	22
c) Escolas presentes nas localidades nem sempre garante o acesso à educação para meninas e jovens mulheres	23
d) Direito a saúde e pobreza menstrual	25
e) Já se sente os efeitos da Emenda Constitucional 95 nos serviços de assistência Social e de acolhimento das meninas e jovens mulheres em situação de vulnerabilidade	26
f) Acesso a esporte, lazer e cultura	29
4. Causas e efeitos da evasão escolar de meninas e jovens mulheres no Cabo de Santo Agostinho	30
<i>4.1 Perfil dos/as gestores/as e representantes da sociedade civil que contribuíram com o diagnóstico</i>	30
<i>4.2 Abandono e evasão escolar de meninas e jovens mulheres: um problema a ser enfrentado por toda sociedade</i>	31
<i>4.3 A maioria das meninas e jovens mulheres não gostariam de ter abandonado a escola: as principais causas e efeitos da evasão e do abandono escolar</i>	34
<i>4.4 Quem pode ser responsabilizado pela evasão escolar de meninas e jovens mulheres?</i>	39
5. Identificando caminhos e proposições para prevenir a evasão e para garantir o retorno das meninas às escolas	42
6. Considerações finais	45
7. Bibliografia consultada	48
Anexos	50

APRESENTAÇÃO

No mar estamos todas nós, mas nem todas chegam ao cais, pois o mar das oportunidades não está para todas que navegam. A escola tem sido um farol importante de esperanças e resistências, mas não deixa de ser também, espelho, reflexo de uma sociedade onde não cabe todas as pessoas. Onde parte ficará à deriva muito cedo, circulando às margens onde lhe é possível existir. A evasão – exclusão escolar tem sido parte importante desse filtro que deixa pelo caminho parte significativa das crianças e adolescentes, sobretudo as meninas pobres, pretas e ditas “periféricas” (incluindo-se aqui as rurais, as indígenas e as quilombolas) que abandonaram escola, por uma série de motivos, que necessariamente, não estão nelas ou que elas exercem governabilidade para enfrentá-los.

É com esse preâmbulo que o Centro das Mulheres do Cabo (CMC) apresenta esse documento, que representa os resultados de uma importante ação realizada durante o período da pandemia da Covid-19, no âmbito do Projeto “Meninas em Movimento pela Educação”, realizado com o apoio do Fundo Malala (<https://malala.org>).

Ele apresenta os **resultados do Diagnóstico Participativo sobre a Evasão Escolar das Meninas e Jovens Mulheres no município do Cabo de Santo Agostinho**, cujo detalhamento dos objetivos, metodologia, conteúdos e resultados estão nas partes seguintes a essa apresentação.

O CMC é uma organização feminista, fundada em 1984 e constituída como entidade privada sem fins econômicos, organizada como associação de mulheres, filiada a Associação Brasileira das ONGs – ABONG. Tem como **missão**: “*Construir a igualdade e equidade de gênero e raça, e afirmar os direitos humanos das mulheres na perspectiva Feminista*” e estrutura seu plano de ação em 4 (quatro) programas:

- a) Mulher, Direitos e Poder, que visa potencializar o empoderamento das mulheres para incidência política nos espaços de decisão da democracia representativa, participativa e direta.
- b) Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens cujo objetivo é contribuir para a garantia dos direitos e o fortalecimento do exercício da cidadania das crianças, adolescentes e jovens.
- c) Governança e Desenvolvimento Institucional, voltado para consolidar o desenvolvimento institucional na perspectiva da valorização de pessoal e da sustentabilidade político-financeiro.
- d) Comunicação, cujo objetivo é fortalecer a comunicação no processo de consolidação das ações de sustentabilidade política e institucional do CMC.

Desde abril de 2020, o CMC vem implementando o Projeto “Meninas em Movimento pela Educação”, com apoio do **Fundo Malala**, que é uma organização internacional sem fins lucrativos que luta pela educação das meninas. Foi cofundada por Malala Yousafzai, a ativista paquistanesa da educação feminina e a mais jovem laureada com o Prêmio Nobel e seu pai, Ziauddin. O objetivo declarado da organização é garantir 12 anos de educação gratuita, segura e de qualidade para todas as meninas.

O projeto terá a duração de três anos e tem como objetivo *ampliar a incidência política sobre os processos de elaboração e execução do Plano Plurianual Municipal 2021-2024 e das Leis Orçamentárias Anuais do município de Cabo de Santo Agostinho para garantir recursos adequados à implementação do Plano Municipal de Educação e de outras políticas sociais voltadas para o acesso e a permanência das meninas pobres nas escolas.*

O projeto vem identificando as causas da evasão escolar das meninas no Cabo de Santo Agostinho; implementando um plano para aprimorar as políticas públicas relacionadas a

promoção do direito à educação de meninas e jovens mulheres no Cabo de Santo Agostinho; e estabelecendo alianças e parcerias com o poder público e organizações da sociedade civil para enfrentamento coletivo da evasão escolar de meninas e para promoção de uma educação pública e qualidade voltada para a igualdade de gênero e raça, focando suas ações em 4 escolas públicas do município. Assim, o projeto também vem contribuindo com alcance das metas 4 e 5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030, fomentando o direito educação com igualdade de gênero para todas e todos.

Nesse sentido, o projeto está estruturado num marco lógico que contempla objetivos específicos, resultados e atividades pensado numa lógica de intervenção geradora de mudanças, sendo que a primeira atividade prevista para o projeto diz respeito à realização de um diagnóstico para identificar as causas da evasão escolar das meninas e jovens mulheres do Cabo de Santo Agostinho, bem como gerar subsídios para construir um plano de incidência política para que essas meninas atuem em rede nos espaços de aprimoramento e controle social das políticas educacionais implementadas no município.

Como o projeto foi iniciado em abril de 2020, quando a pandemia da Covid-19 se agravou no Brasil, especialmente na Região Metropolitana do Recife, o formato metodológico e as possibilidades de realização do diagnóstico tiveram que ser alterados em relação ao previsto anteriormente, sendo o mesmo realizado em duas etapas: a) a primeira, que produziu um documento sobre as condições enfrentadas pelas meninas das escolas participantes do projeto durante a pandemia; e b) a segunda sobre evasão de meninas e jovens mulheres na educação básica, da qual trata esse documento.

A adaptação dessa ação foi decorrente da impossibilidade de realização do diagnóstico conforme o estabelecido no marco lógico original do projeto, pois demandaria atividades presenciais. Os ajustes realizados foram acordados com a representação do Fundo Malala no Brasil, cuja flexibilidade para entrega dos produtos foi muito importante para que o projeto pudesse seguir seu rumo, a partir das adaptações realizadas.

Nesse sentido, com a conclusão dessa segunda etapa, a partir da superação de muito desafios, o CMC conclui essa apresentação fazendo um agradecimento especial ao Fundo Malala por ter possibilitado essa realização, mas também agradece profundamente o empenho de sua equipe de educadoras, que nunca desistiu de realizar tal ação.

O agradecimento se estende a todas meninas e jovens mulheres que vem participando dessa e de outras ações do projeto e a toda rede de parceiros da sociedade civil e do âmbito das organizações governamentais, que também participaram diretamente na realização desse diagnóstico, seja respondendo ao questionário específico que foi aplicado para esse público; seja participando do Comitê Gestor do projeto; bem como fornecendo informações relevantes para a equipe do projeto; e apoiando a participação das meninas e jovens mulheres nas atividades realizadas.

1. INTRODUÇÃO: OBJETIVOS DO DIAGNÓSTICO E SÍNTESE DA PRIMEIRA ETAPA

O projeto “Meninas em Movimento pela Educação” tem como meta constituir uma Rede de 90 Meninas Ativistas, reconhecida como instituição legítima para reivindicar as condições materiais e financeiras para uma educação pública de qualidade garantidora do acesso e a permanência de meninas nas escolas.

As ações já desenvolvidas pelo projeto têm apoiado essas meninas para atuarem enquanto ativistas em prol de melhores condições nas escolas onde estudam, inclusive considerando seu engajamento para a promoção da igualdade de gênero no ambiente escolar.

No escopo inicial do projeto, o diagnóstico sobre a evasão escolar das meninas e jovens mulheres no Cabo de Santo de Agostinho estava inserido no sentido de propiciar que essas 90 meninas de 3 escolas públicas adquirissem maior conhecimento para incidirem em prol de uma educação com equidade de gênero nesse município.

Isto seria realizado a partir da seleção e treinamento de meninas para aplicarem questionários e análise dos dados com participação ativa das meninas a partir da constituição do Comitê das Meninas Ativistas. O diagnóstico também serviria de base para a elaboração de Plano de Incidência pelo Direito à Educação para as meninas.

A pandemia da Covid-19 impôs uma realidade para a equipe do CMC, que resultou no desdobramento do diagnóstico em duas etapas, conforme já descrito na apresentação desse documento. Aqui será apresentada uma síntese da primeira etapa.

1.1 Síntese da primeira etapa do Diagnóstico

A primeira etapa foi focada na identificação dos impactos da COVID-19 na vida das meninas e na garantia do direito à educação, realizado a partir da elaboração e aplicação de dois questionários. O primeiro e mais importante foi aplicado e respondido pelas meninas das 3 escolas, contemplando:

- i. A identificação e perfil socioeconômico dessas meninas.
- ii. Os impactos da pandemia na educação: como a pandemia da covid-19 vem afetando a educação dessas meninas
- iii. Opiniões sobre o retorno presencial às aulas, versando sobre como deveria ser a volta às escolas de forma a garantir um retorno de todas as meninas (minimizar a evasão), inclusive finalizando com uma questão onde as meninas fazem sugestões para a direção da escola sobre como voltar com mais segurança.

O segundo questionário foi direcionado a gestores/as e representantes de organismos de representação social, mas que teve baixa adesão.

Além da análise desses questionários, a primeira etapa do diagnóstico fez uma descrição sobre a educação pública no município do Cabo de Santo Agostinho e o perfil das escolas participantes do diagnóstico, mas esta síntese está focada nos principais pontos de análise dos dados das **315 respostas do questionário**, sendo 310 respondidas por meninas estudantes das escolas participantes do projeto.

- *As meninas que participaram do diagnóstico em maior parte (93,4%) estavam situadas na faixa de crianças e adolescentes e **são negras em sua grande maioria**, pois 72,2% se declaram pretas ou pardas.*
- *Apenas 2,1% das meninas não tinham acesso à internet, o que inclusive facilitou a realização dessa enquete virtual, mas **63,7% afirmaram que enfrentaram dificuldades para acessar os meios de educação virtual** disponibilizados pelas escolas.*
- *Uma entre dez meninas, afirmaram vivenciar situação de estresse. Uma grande parcela dessas meninas (**64,5%**) **relatou que as tiveram crise de ansiedade**. 44% relataram que aumentou a insônia; 22,3 % tiveram crises de alergia; 10,8% tiveram crise de pânico; e 7,2% relatam que tiveram depressão.*
- *A interrupção das aulas presenciais foi avaliada como uma coisa muito negativa para essas meninas, pois **95,2% avaliaram que desejaram voltar às aulas presenciais**, sendo que 65 % desejaram isso muitas vezes.*
- *Quase **40% dessas meninas avaliavam que essas escolas não tinham estrutura para garantir essa segurança sanitária**. A maioria das meninas também avaliavam*

que a maioria dos/as professores/as estão os professores/as não estavam preparados/as para retornar as aulas no novo contexto de covid-19.

Partindo dessa síntese, a segunda etapa do diagnóstico, que é focada na evasão das meninas e jovens mulheres, esse documento contempla, além da apresentação e dessa introdução e síntese da primeira etapa, os seguintes tópicos: a) metodologia ajustada a partir do contexto da pandemia, incluindo princípios, processos e instrumentos utilizados para tal; b) o perfil das meninas e jovens mulheres que estão fora da escola; c) causas e impactos da evasão escolar no Cabo de Santo Agostinho; d) proposições para prevenir a evasão e para garantir o retorno das meninas às escolas; e) considerações finais; g) bibliografia consultada; e h) anexos

2. METODOLOGIA: REINVENTAR-SE A PARTIR DO CONTEXTO DA COVID-19

Para a realização dessa segunda etapa do diagnóstico, o CMC continuou apostando nos princípios que orientam a sua ação, ou seja, que ela fosse voltada para:

- Fortalecer o Feminismo e a Democracia como referenciais políticos;
- Contribuir para o Desenvolvimento Socioambiental e Econômico Sustentável;
- Orientar a Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude;
- Defender e respeitar às diversidades culturais, de classe, de raça, etnia, gênero, credo, geracional e expressão das sexualidades no âmbito de um Estado Laico;
- Referendar a Comunicação como Direito Humano;
- Fortalecer a transparência nas Ações e Relações Institucionais.

Apesar dos limites colocados pelo isolamento social provocado pela Covid-19, esse processo também procurou ser:

- ✓ Participativo, potencializando os acúmulos individuais e coletivos de todas as pessoas participantes, oportunizando que as meninas tivessem voz e valorizando essa participação.
- ✓ Integrador, no sentido de possibilitar que as atividades realizadas e os produtos gerados nesse processo fortalecessem a intervenção do CMC para a implementação do projeto, do seu plano estratégico e de sua missão institucional.
- ✓ Pluridimensional, valorizando a diversidade dos sujeitos de direitos que estiveram envolvidos na elaboração do diagnóstico, contemplando o enfoque multidisciplinar e as dimensões que compõe a identidade institucional do CMC.
- ✓ Qualificador, caracterizando-se como um processo educativo e de formação, de diálogo entre os saberes técnicos e populares, contribuindo para o aprimoramento da capacidade de todas as pessoas envolvidas através de uma participação mais ativa e empoderada nesta e nas etapas posteriores ao diagnóstico.

Nessa **segunda etapa do diagnóstico**, retomou-se a proposta original do projeto, de seleção de 90 meninas que foram treinadas para aplicar pelo menos 270 questionários para coleta de dados sobre as causas da evasão escolar de meninas no município de Santo Agostinho, contribuindo assim com o fortalecimento da ação em Rede de Meninas Ativistas, que já estavam sendo capacitadas, em outras atividades do projeto, sobre os seus direitos e a relação de interdependência desses direitos para a efetivação do direito à educação, com equidade de gênero.

Assim, a realização dessa etapa do Diagnóstico contemplou **6 (seis) etapas**:

1. **Preparação**: mobilização e preparação da equipe, escolha dos conteúdos a serem tratados na coleta de dados e informações; definição dos instrumentos a serem

utilizados na coleta desses dados e informações; e elaboração de um cronograma detalhado e dinâmico para a realização do diagnóstico, com respectivas responsabilidades, que seria atualizado a cada etapa. Estas definições foram feitas em reuniões e consolidadas em duas oficinas online, com a participação da equipe do projeto e da consultoria contratada.

Nessas oficinas, a equipe também se debruçou para responder aos desafios de garantir o protagonismo das meninas, mantendo ao máximo as bases da proposta original, considerando o contexto de pandemia e isolamento social, e de como ser participativo e mobilizador conforme os propósitos originais da atividade no projeto.

2. **Elaboração dos instrumentos para coleta dos dados e informações:** a) questionário a ser aplicado pelas meninas e para as meninas e jovens mulheres que estão fora da escola; b) roteiro para elaboração de vídeo investigativo; e c) questionário a ser respondido por gestores/as das escolas e de outros órgãos públicos que estão imbricados no objeto do diagnóstico, que é a evasão escolar das meninas do Cabo de Santo Agostinho.

Esse terceiro instrumento foi essencialmente importante para essa etapa do diagnóstico, pois na primeira etapa, apenas 4 questionários foram respondidos por gestores/as.

3. **Treinamentos das meninas para aplicação dos instrumentos.** Após a consolidação da relação da lista das meninas que iriam participar do diagnóstico, foram realizadas 4 oficinas de treinamento para essas meninas sobre aplicação dos questionários. Essas oficinas foram realizadas a partir de uma proposta elaborada pela consultoria e aprovada pela equipe do CMC responsável pelo projeto (Anexo 1).

As oficinas foram realizadas nos dias 16, 21 e 22 de agosto de 2021. A motivação inicial era para o despertar das meninas ativistas quanto ao seu potencial e sobre a importância de sua participação neste e em outros processos de afirmação de direitos. Por isto, as oficinas foram iniciadas com um diálogo sobre as experiências práticas de pesquisa que elas conhecem e/ou já realizaram.

A motivação para fortalecer a autoestima e a desenvoltura delas em relação às entrevistas se deu quando foram problematizados, em grupos menores, sobre as experiências práticas de pesquisa na realidade de cada uma, onde estas trouxeram os benefícios de conhecer melhor a realidade para tomar decisões a agir transformando uma realidade (material ou não).

Os relatos foram descontraídos, mas demonstraram também a ingenuidade do grupo em relação à conjugação: causa/consequência da materialidade da vida real. Usando o tema do coronavírus para debate no subgrupo, percebeu-se que o misticismo e a transformação da vítima em culpado/a ainda são muito fortes quando se trata de compreender os fenômenos da realidade.

Feitas as problematizações, o passo seguinte das oficinas foi para a apreciação do questionário e para levantar contribuições do grupo ao mesmo. O material (questões) foi lido individualmente, levantadas as dúvidas e sugestões em grupo e, em seguida, foi feito um exercício prático de abordagem, onde uma menina entrevistava a outra, invertendo o processo em seguida.

Esse exercício enfrentou dificuldades em dois treinamentos por conta da ausência ou qualidade baixa da internet. Isso com certeza gerou dificuldades para um maior e melhor engajamento das meninas que não acessaram a versão virtual do questionário nesse momento de teste. Aquelas meninas que puderam fazer o teste conforme o

planejado, percebe-se que elas tiveram maiores condições de questionar a importância ou propor a mudança das questões e da forma do questionário, atingindo assim a dimensão formativa proposta para as oficinas e contribuir para o empoderamento das mesmas frente ao processo.

Ao final, foram esclarecidas as dúvidas e acolhidas as sugestões que foram basicamente reduzir a quantidade de questões (que julgaram excessiva) e tornar o questionário mais enxuto; e evitar ações repetitivas, criando uma forma de recolher uma única vez os dados da entrevistadora

Também foram identificadas possíveis desafios: como acessar as jovens evadidas se nem todas conhecem meninas nesta situação; como abordar as meninas (principalmente as famílias) para querer responder, de verdade os questionários; e como sanar os casos em que ainda existia a limitação com a qualidade da internet.

4. **Reunião com representação de gestores/as** de diversos órgãos do poder público municipal para apresentação detalhada do processo de elaboração do diagnóstico, incluindo a metodologia e apresentação do instrumento de coleta de dados voltado para esse segmento, no sentido de sensibilizar um número significativo de pessoas a responderem ao questionário.

Nessa reunião também foram debatidas as possibilidades de como elaborar a lista de meninas que estão fora da escola, que é o público principal do diagnóstico e que se constituiu no maior desafio para a realização dele.

5. **Aplicação dos instrumentos para a coleta de dados e informações.** Após os treinamentos, a equipe do CMC mobilizou e acompanhou as meninas para aplicação dos instrumentos, bem como mobilizou os/as gestores/as para responder os questionários correspondentes.

Nessa etapa, a consultoria pesquisou e organizou informações já existentes sobre a evasão escolar de meninas, inclusive no que diz respeito os impactos provocados pela pandemia da Covid-19 e o agravamento das causas dessa evasão. Para isto, foi elaborada uma lista de documentos que foram analisados a partir de um roteiro de tópicos que dialogassem com o objeto do diagnóstico (Anexo 2).

A lupa da consultoria nesta pesquisa buscou compreender como acontece e quais os fatores preditores da exclusão escolar de meninas e jovens mulheres de escolas públicas no município do Cabo de Santo Agostinho e por isso, essas leituras complementares geraram subsídios para que se pudesse melhor mensurar os processos referentes à vida de adolescentes antes, durante e depois que se evadiram do ambiente escolar.

Como a equipe do CMC enfrentou muitas dificuldades para aplicação dos questionários, esse tópico merece um destaque à parte, que será relatado a seguir.

6. **Sistematização de dados e informações** gerando esse documento cujo sumário já foi apresentado no item anterior.

2.1 Reinventar-se a partir do contexto da Covid-19

A realização dessa etapa do Diagnóstico esteve muito ameaçada em ser realizada, pois a partir da seleção das meninas que foram treinadas para serem entrevistadoras, a equipe enfrentou muitas dificuldades em montar a amostra das meninas e jovens mulheres que estavam fora da escola.

Nos diálogos preliminares realizados entre a Coordenadora do projeto e a Secretaria de Educação do Município, foi acordado que seria disponibilizado uma lista de meninas e jovens mulheres que tinham evadido e/ou que não estavam tendo vínculo com as escolas. Essa lista não foi fornecida por dois motivos:

- a) No mês de julho de 2022 expirou o prazo para que empresas e organizações se adequassem à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com riscos de sofrerem sanções da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD). Aprovada em agosto de 2018, e em vigor desde setembro de 2021, a Lei nº 13.709 tem o objetivo de garantir a privacidade dos dados como CPF, RG, endereço, telefone, e-mail e outras informações pessoais solicitadas aos clientes na hora de fazer o cadastro em algum estabelecimento físico ou online.

Por conta dessa prerrogativa, a Secretaria de Educação do Cabo de Santo Agostinho solicitou que o CMC tivesse aderido formalmente à LGPD, o que foi feito através da elaboração de uma Política de Privacidade e Proteção dos Dados que está publicada no seu site (<https://www.mulheresdocabo.org.br/politica-de-privacidade/>).

- b) Superada essa exigência legal, a equipe se deparou com outra dificuldade para obter essa lista, pois com a volta gradual das aulas presenciais, as escolas adotaram mecanismos de busca ativa de todos/as estudantes que estavam em ensino remoto e/ou que tinham perdido o vínculo com a escola durante a pandemia, definindo que naquele momento não teria uma lista de meninas e jovens mulheres que foram evadiram, pois estava sendo feito um esforço para manter um maior número possível de matrículas e assim não enfrentar cortes no repasse de recursos do Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Essas dificuldades colocaram em “xeque” a viabilidade de realização dessa segunda etapa, mas a equipe do CMC que executa o projeto conseguiu contornar essa situação, a partir de estratégias criadas para identificar sua própria lista de meninas e jovens mulheres que estavam fora de escola, adotando uma busca ativa preliminar para a constituição dessa lista.

A equipe constituiu a lista a partir de meninas e mulheres jovens que estavam nas seguintes condições:

- *Meninas/jovens mulheres que engravidaram;*
- *Meninas/jovens mulheres que estão no comércio informal;*
- *Meninas/jovens mulheres que estão envolvidas no tráfico de drogas;*
- *Meninas/jovens mulheres que migraram entre municípios e estados e “deixaram a escola para trás”.*

Para viabilizar uma amostra mínima para o diagnóstico, não foram feitos recortes de local onde essas meninas e jovens mulheres estavam, nem de vínculo com as escolas participantes do projeto.

Os principais desafios enfrentados nessa busca ativa foi:

- Identificar onde estavam essas meninas e jovens mulheres fora da escola.
- Mapear parceiros/as em potencial para ajudar a equipe de entrevistadoras na busca dessas meninas fora da escola.
- Entender as peculiaridades de cada local/região/território e traçar estratégias específicas para tal.
- Garantir um *feedback* com brevidade, uma vez que se tinha um prazo a cumprir.
- Que as meninas e jovens entendessem do que se tratava realmente a pesquisa e sobre a importância da pesquisa para elas e outras meninas, no sentido

- contribuir para uma ação maior de melhoria da educação pública para elas e outras meninas e jovens mulheres.
- Dificuldades para a militância aceitar aplicar os questionários.

Para contornar e resolver essas dificuldades, a coordenação da pesquisa de campo implementou as **seguintes estratégias**:

- Objetivando otimizar tempo, foi organizado um roteiro com nomes e representatividades de possíveis parceiros/as. Em seguida, foram feitos contatos telefônicos e presenciais, realizando encontros e articulando redes de parceiros/as na cidade que estão nos serviços públicos;
- Objetivando construir argumentos sólidos, a equipe criou uma lista de argumentos para convencer, tanto os/as parceiros/as como as entrevistadas sobre a extrema relevância da pesquisa e que fosse de fácil compreensão;
- Foram realizadas reuniões com diversos grupos das entrevistadoras, as quais foram denominadas de **militância**, apresentando e explicando tudo acerca da pesquisa, definido metas e os referidos questionários com elas;
- Como força e investimento, foram mobilizadas enfermeiras, que convocaram os/as agentes de saúde do Programa Saúde da Família que atuam de forma descentralizada, o que proporcionou expandir a pesquisa em bairros centrais e rurais da cidade.
- Definição de pagamento de uma ajuda de custo, que foi importante para o engajamento da militância na busca ativa e aplicação do questionário.

Um aspecto relevante de aprendizado é que esta pesquisa está atrelada a uma instituição, o Centro das Mulheres do Cabo que tem grande reconhecimento social e político em todo município, que contribuiu muito nesse processo de mobilização, tanto das entrevistadoras, como das meninas e jovens mulheres entrevistadas.

Essas estratégias possibilitaram que a equipe de entrevistadoras atingisse a meta de **96 respostas**, que corresponde um pouco mais de um terço da meta prevista anteriormente, que era de 270 entrevistadas, mas que é um número significativo de respostas frente aos desafios que foram enfrentados e superados.

Um dos aspectos considerados negativos é que das meninas e jovens que foram treinadas, apenas 8 (oito) conseguiram participar da aplicação do questionário. Essa decisão foi decorrente da impossibilidade de ter-se uma lista fornecida pela Secretaria de Educação, o que facilitaria a autorização das famílias das meninas e jovens mulheres a serem entrevistadas e a participação das meninas treinadas

Como as meninas das escolas não aplicaram a grande maioria dos questionários, a proposta de gravação dos vídeos investigativos também foi cancelada, pois os vídeos teriam a finalidade de complementar, com imagens e depoimentos, o contexto onde se encontram as meninas e jovens mulheres que estão fora da escola no Cabo de Santo Agostinho.

2.2 Os instrumentos do Diagnóstico nessa segunda etapa

Para esta etapa foram elaborados e aplicados três questionários. O primeiro voltado para as meninas das 4 escolas que foram treinadas para serem entrevistadoras (Anexo 3), contendo 7 itens voltados basicamente para a identificação pessoal (nome, telefone, e-mail, idade, escola que estuda, raça e estado civil).

O segundo, e mais importante que foi aplicado e respondido pelas meninas e jovens mulheres que estão fora das escolas, contendo 68 perguntas, sendo a maioria de múltipla escolha, sendo dividido em 3 partes (Anexo 4):

- i. identificação e perfil socioeconômico dessas meninas e jovens mulheres;
- ii. sobre o bairro ou comunidade onde essas meninas e jovens mulheres moram;
- iii. causas e impactos da evasão escolar na vida dessas meninas e jovens mulheres.

O terceiro questionário foi direcionado a gestores/as e representantes de organismos de representação social. A consultoria, juntamente com a equipe do projeto teve como meta alcançar o seguinte público: gerentes de ensino; diretores/as e professores/as das escolas; representantes do Conselho Municipal de Educação (sociedade civil e governo); representante do Fórum de Educação; gestores/as da Secretaria da Saúde responsável pelo protocolo de segurança sanitária para o retorno das aulas presenciais; e gestores/as da Assistência Social: Bolsa Família/Assistência Básica; e Secretaria da Mulher.

Esse questionário foi formado por 15 perguntas, organizadas em 2 partes (Anexo 5):

- i. identificação;
- ii. conhecimento sobre a evasão escolar das meninas no Cabo de Santo Agostinho;

2.3 Perfil das meninas treinadas para serem entrevistadoras

Mesmo que a proposta desenhada para as meninas ativistas das 4 escolas, que foram treinadas para serem entrevistadoras, não se efetivou na prática, é relevante apresentar o resultado da enquete sobre o perfil, elaborado a partir da resposta de **45 questionários** (cerca de metade das meninas que compõem a Rede de Ativistas).

- 60% das meninas treinadas tinham idades entre 12 e 14 anos; 13,3% entre 15 e 16 anos; e 26,7% entre 17 e 18 anos. Nenhuma menina tinha mais de 18 anos.
- 37,8% dessas meninas estudavam na Escola João Ciriaco; 26,7% na Escola Luiza Guerra; 26,7 na Escola Rui Barbosa; e 8,9% na Escola Maria Tamar.
- 77,8% se declararam negras, sendo 48,9% pardas e 28,9% pretas; 20% se declararam brancas; e 2,2% se declararam amarelas. Nenhuma se declarou como indígena.
- 91,1% estavam solteiras. Nenhuma se declarou casada, em união estável ou separada. 8,9% declararam outra condição, que provavelmente consideram namoro como um estado civil.

3. O PERFIL DAS MENINAS E JOVENS MULHERES QUE ESTÃO FORA DA ESCOLA

Esse capítulo analisa os dados gerados a partir dos primeiros tópicos dos questionários aplicados com meninas e jovens mulheres que estão fora da escola, no município de Cabo de Santo Agostinho.

A meta inicial para a amostra deste questionário era de 270 entrevistadas, quando se desenhou que cada uma das meninas da Rede de Ativistas, pudesse aplicar pelo menos 3 (três) questionários para meninas e jovens mulheres que tinham abandonado as escolas. Pelos motivos expostos anteriormente, essa meta não foi possível de ser concretizada e nem todas as meninas treinadas não conseguiram realizar essa atividade como previsto no escopo original do diagnóstico.

Este tópico está dividido em duas partes, a primeira, que compila a situação socioeconômica das meninas e jovens mulheres que estão fora da escola; e a segunda, que descreve o perfil das localidades onde vivem essas meninas e jovens mulheres, contemplando aspectos sociais, econômicos e culturais.

Sempre que possível, essa análise dialoga com outras pesquisas, diagnósticos, documentos e referências afins.

3.1 Situação socioeconômica das meninas e jovens mulheres que estão fora da escola

a) Onde estão essas meninas e jovens mulheres?

Das 96 meninas e jovens mulheres entrevistadas, apenas uma mora num município fora do Cabo de Santo Agostinho, pois declarou que mora no Centro de Escada. Uma dessas meninas se declarou na condição de moradora de rua.

A grande maioria das entrevistadas (72,9%) estão localizadas em 8 bairros/comunidades do Cabo de Santo Agostinho: Vila Claudete, Bairro São Francisco, Nova Tatuoca, Gaibu, Mercês, Enseadas do Corais, Alto da Bela Vista e Garapu (Quadro 1) que são bairros que apresentam limitações em termos de infraestrutura social, como poderemos confirmar em tópicos posteriores.

Quadro 1
Distribuição de entrevistadas por localização

Localização das entrevistadas	Número de Entrevistadas	%
Vila Claudete	14	14,6%
Bairro São Francisco	13	13,5%
Nova Tatuoca	11	11,5%
Gaibu	11	11,5%
Mercês	8	8,3%
Enseadas do Corais	6	6,3%
Centro do Cabo	4	5,1%
Alto da Bela Vista	4	4,2%
Garapu	4	4,2%
Charneca	3	3,1%
Cohab	2	2,1%
Ponte dos Carvalhos	2	2,1%
Novo Horizonte	2	2,1%
Pontezinha	1	1,0%
Théo Silva	1	1,0%
Engenho Tapugi de Baixo	1	1,0%
Vila Social	1	1,0%
Suape	1	1,0%
Moradora de Rua	1	1,0%
Torrinha	1	1,0%
Engenho Arariba de Baixo	1	1,0%
Vila Roca	1	1,0%
Engenho Barbalho	1	1,0%
Engenho Pau Santo	1	1,0%
Charnequinha	1	1,0%
Total Geral	96	100,0%

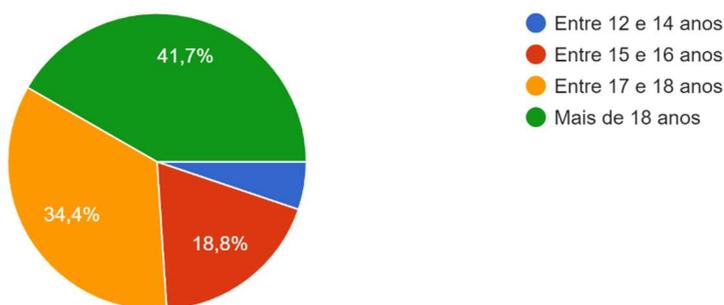
Fonte: CMC, 2022.

Cabe ainda salientar que Cabo de Santo Agostinho, em outubro de 2021, esteve mais uma vez entre as cidades mais violentas do Grande Recife, com **23 tiroteios**, de acordo com relatório mensal do Instituto Fogo Cruzado (2021), tendo os bairros de Gaibu e Ponte dos Carvalhos classificados entre os 5 mais violentos do estado de Pernambuco.

b) Qual a idade, cor/raça e estado civil dessas meninas e jovens mulheres?

A maior parte das entrevistadas são jovens mulheres com mais de 18 anos (41,7%), mas um número significativo está situado na faixa de adolescentes (68,3%), sendo 34,4% com idade entre 17 e 18 anos; 18,8% com idade entre 15 e 16 anos e 10,51% estão situadas na faixa entre 12 e 14. Nenhuma menina tinha mais que 19 anos.

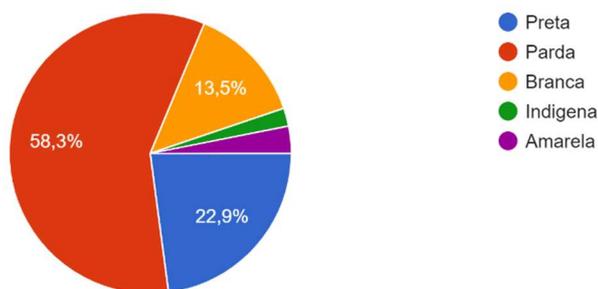
Figura 1 – Faixa etária das entrevistadas



Fonte: CMC, 2022

As meninas e jovens mulheres que estão fora da escola **são negras**. 81,2% se declararam nessa condição, sendo que 58,3% se consideram pardas e 22,9% se consideram pretas. Apenas 13,5% se declararam brancas, 3,1% amarelas e 2,1% indígenas (Figura 2).

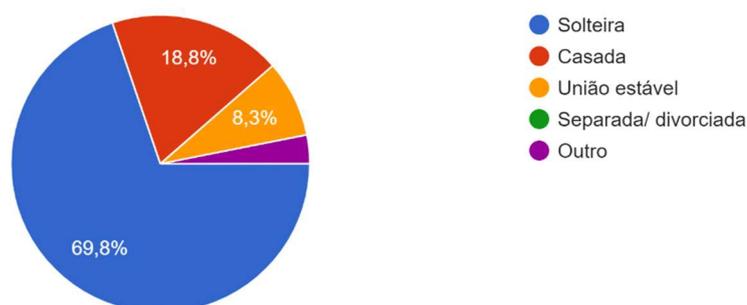
Figura 2 – Raça e cor das entrevistadas



Fonte: CMC, 2022

Quase **70% dessas meninas e jovens mulheres são solteiras**, mas se juntar as condições de casadas, união estável e outros arranjos como “amigadas” e morando junto, revela que quase **30% das entrevistadas têm uma condição de matrimônio e/ou união conjugal**, o que é uma alerta sobre como essa condição pode afetar uma parcela significativa das meninas que estão fora da escola (Figura 3).

Figura 3 - Estado civil das entrevistadas



Fonte: CMC, 2022.

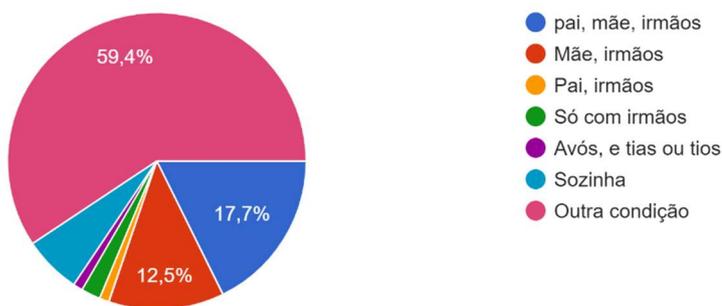
c) Com quem moram as meninas e jovens mulheres e quem sustenta a casa onde elas vivem

Quando essa questão foi formatada, procurou-se dá um amplo leque de opções para as entrevistadas responderem. Mas as respostas obtidas revelam que os arranjos de família e de composição de pessoas que vivem com essas meninas e jovens mulheres é mais amplo e mais diverso do que que pensado originalmente.

A Figura 4 revela que apenas 17,7% moram com pai, mãe e irmãos, sendo que um percentual significativo de 12,5% mora com mãe e irmãos; e 6,03% moram sozinhas.

Quase 60%, ou seja 57 das meninas e jovens mulheres responderam que vivem numa outra condição, numa grande diversidade de formatos de família/arranjos familiares.

Figura 4 - Com quem as meninas e jovens mulheres moram



Fonte: CMC, 2022

Os outros principais arranjos informados foram: a) 15,6 % são aquelas que vivem com marido, noivos e enteados e filhos/as; b) 11,5% moram com marido, companheiro, noivo ou namorado; e 7,3% moram com avós e/ou tias/os.

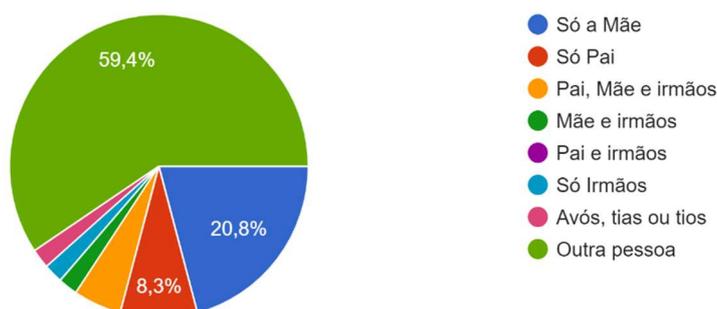
Cabe salientar que além daquele percentual que tem filhos e dividem moradia com algum tipo de cônjuge, pelo menos **5,2% vivem sozinhas com filhos/as**, tendo a responsabilidade de criá-los/as.

Quando se pergunta quem sustenta a casa das meninas e jovens mulheres que estão fora da escola, tem-se como principal resposta que (59,4%) é sustentada por outra pessoa para além daquelas que listamos como opções dadas (Figura 5), ou seja, a diversidade dos arranjos familiares também impactou na resposta desta questão. Cabe salientar que dentre

as respostas possíveis, mais de um quinto (20,8%) responderam que são só as mães e menos da metade desse percentual, são sustentadas apenas pelos pais (8,3%).

Quando se analisa os percentuais referentes às “outras pessoas”, a maior porcentagem é referente a maridos, namorados ou sogros (20,8%), mas **as meninas e jovens mulheres participam do sustento da casa em pelo menos 18,7% dos casos**, sendo que em 10,4% elas dividem o sustento com esposos e namorados e pais; e em 8,3% assumem este sustento sozinhas. Somando o sustento das mães, das meninas e jovens mulheres e participação das avós e tias (4,2%), **pelo menos 44% das casas tem o sustento garantido pelas mulheres**, sendo que 31,1% dos casos, elas assumem este sustento sozinhas.

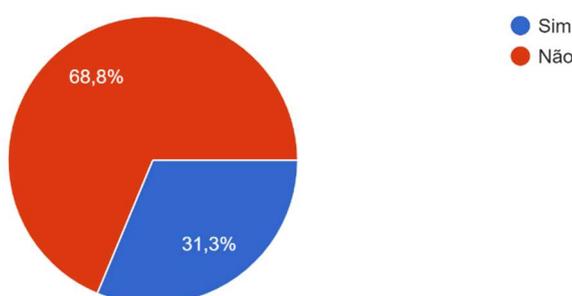
Figura 5 - Quem sustenta a casa das meninas e jovens mulheres



Fonte: CMC, 2022

O percentual das meninas e jovens mulheres que declararam que trabalham para a sustentar a casa se amplia quando a pergunta é dirigida diretamente para elas, pois 31,3% responderam positivamente (Figura 6), o que pode ser considerado **um percentual bem significativo de busca pela sobrevivência e possível causa do abandono escolar**, que será mais bem analisado no capítulo seguinte deste diagnóstico.

Figura 6 - Percentual de meninas e jovens mulheres que trabalham para sustentar a casa



Fonte: CMC, 2022

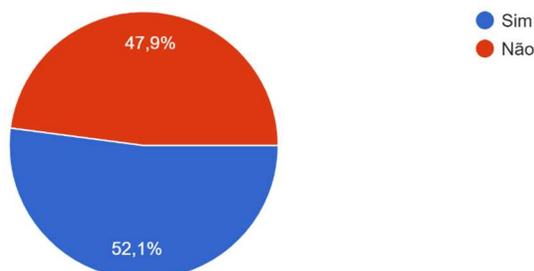
Quando se analisa a ocupação e trabalho dessas meninas e jovens mulheres tem-se uma **explícita precarização dessa mão de obra**, entre aquelas que trabalham ou tem ocupação remunerada: 35,3% se declararam autônomas ou empreendedoras, sendo que destas, apenas uma declarou o que faz, ou seja, é marisqueira; 23,5% é empregada doméstica ou cuidadora; 23,5% são vendedoras na rua, na praia ou de água; 11,8% realizam serviços gerais (ou fazem de tudo); e uma (5,9%) se declarou jovem aprendiz, o que precisaria ser checado, pois sua condição de estar fora da escola talvez impossibilite tal condição.

d) Sobre gravidez precoce e indesejada

As distorções entre as perguntas e respostas das questões anteriores são derivadas do pouco conhecimento da equipe sobre a realidade das meninas e jovens mulheres evadidas, que mesmo tenha sido muito cuidadosa na montagem do questionário, não imaginava que o tão grande era o percentual dessas meninas e jovens mulheres que já tem filhos para criar.

O Gráfico 7 demonstra que **52,1% dessas entrevistadas já engravidou pelo menos uma vez.**

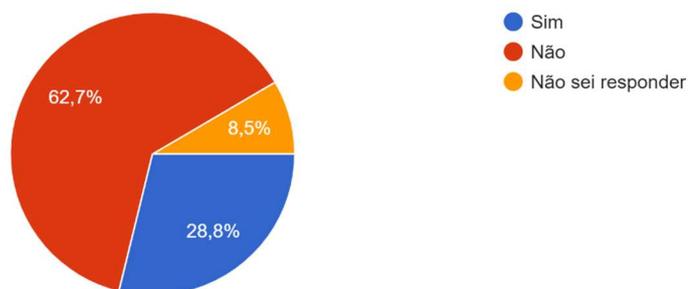
Figura 7 - Percentual de Meninas e Jovens Mulheres que já engravidaram



Fonte: CMC, 2022

Ratificando dados de outras pesquisas e estudos, a grande maioria dessas meninas e jovens mulheres que **que engravidou, não fez isso de forma planejada** (62,7%), ou seja, essas jovens mulheres não estavam preparadas para a maternidade e isso com **certeza é uma das principais causas do abandono escolar**, que iremos tratar no capítulo seguinte. Esse percentual pode ultrapassar os 70% se somarmos aquelas que não souberam responder a essa questão (Gráfico 8).

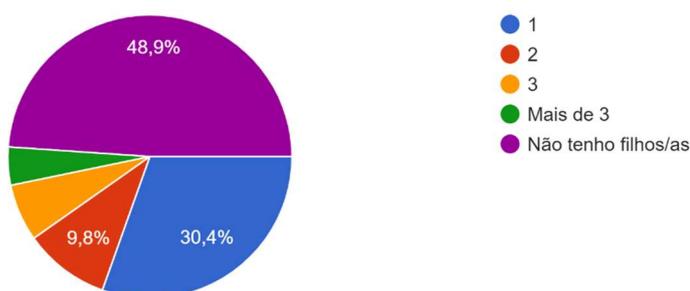
Figura 8 - Percentual de gravidez planejada



Fonte: CMC, 2022

Este fato das meninas e jovens mulheres já **terem filhos/as ou estavam grávidas no momento que responderam ao questionário (51,1%)**, reforça a pressão que elas tiveram e tem para sustentarem suas casas, a família (especialmente filhos e filhas) e dificuldade de continuarem estudando, especialmente aquelas que têm 3 ou mais filhos/as (25% do total que tem filhos/as), mas a condição de ter apenas um/a (56,3% do total de quem tem filhos/as) ou dois filhos/as (18,8%, do total que têm filhos/as) já gera muitas responsabilidades para mulheres tão jovens, pois **praticamente 100% desses/as filhos/as moram com essa mães jovens** (Figura 9).

Figura 9 - Quantidade de filhos/as que vivem com as meninas e jovens mulheres mães



Fonte: CMC, 2022

e) Habitabilidade e acesso à internet

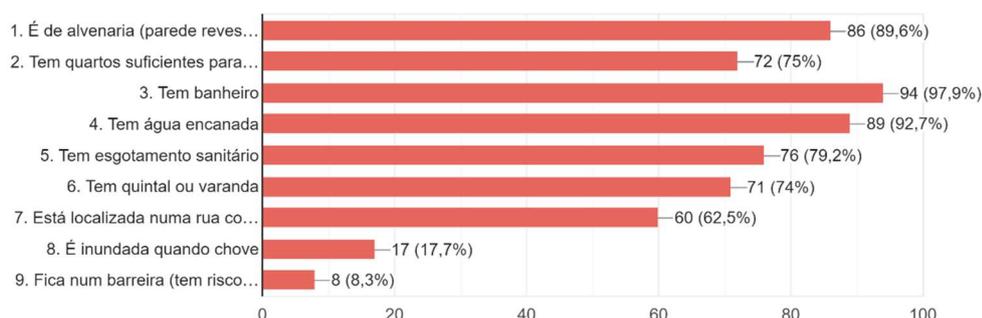
Quando se consideram as condições de habitabilidade das meninas e jovens mulheres que foram entrevistadas, de uma forma geral, **não se identifica uma situação de alta vulnerabilidade** (Figura 10) pois:

- 89,6% moram em casa de alvenaria;
- 75% avaliam que sua casa tem quartos suficientes para as pessoas que moram nela;
- 97,9% têm banheiro;
- 92,7% têm água encanada;
- 79,2% têm esgotamento sanitário;
- 74% têm quintal ou varanda.

Os indicadores que merecem atenção dizem respeito a:

- Apenas 62,5% moram em rua asfaltada ou calçada;
- 17,7% das casas são inundadas quando chove;
- 8,3 ficam em local de barreira, com risco de desabamento.

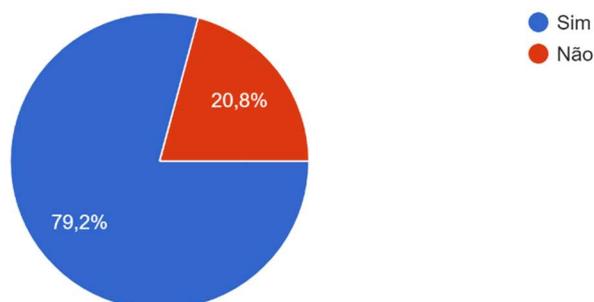
Figura 10 - Condições de moradia das meninas e jovens mulheres entrevistadas



Fonte: CMC, 2022

As respostas das meninas e jovens mulheres **confirmam que a acessibilidade à internet é um problema** para uma parcela significativa dessa população entrevistada, pois apesar de todas as “facilidades”, ainda 20,8% não dispõem de acesso à internet em suas casas (Gráfico 11).

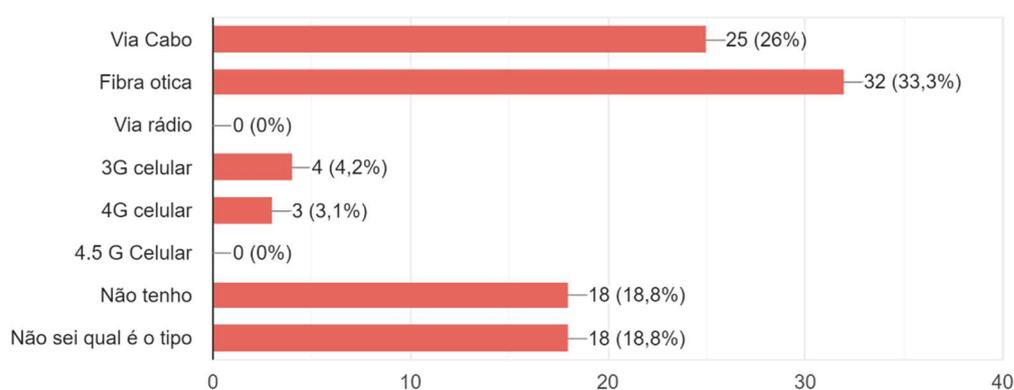
Figura 11 - Moradias com acesso à internet



Fonte: CMC,2022

Quando se investiga o tipo de internet, constata-se que a maior parte da internet é através de cabo ou fibra ótica (59,3%), sendo que 18,8% das entrevistadas não souberam qualificar o tipo de acesso e 7,3% acessam via celular 3G ou 4G (Figura 12)

Figura 12 - Modalidades de acesso à internet



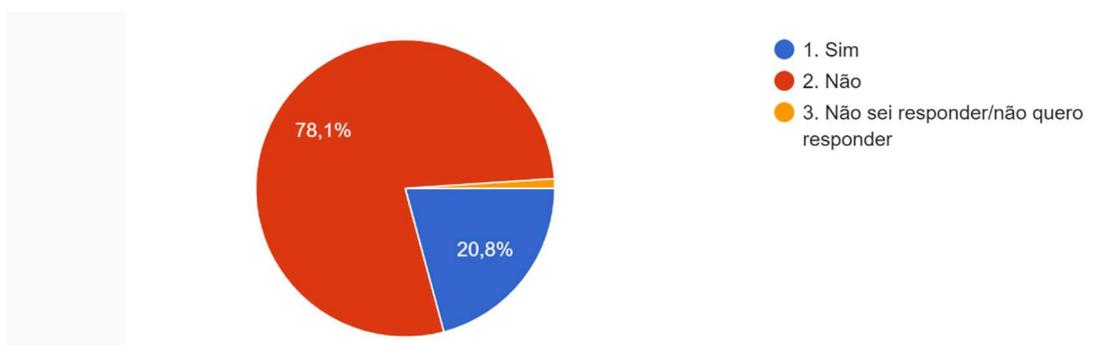
Fonte: CMC,2022

f) Vulnerabilidade às violências

Para finalizar essa caracterização socioeconômica das meninas e jovens mulheres que foram abordadas nesse questionário, foi perguntando se elas já tinham sofrido algum tipo de violência.

O resultado revela-se surpreendente, pois, meninas e jovens nessas condições geralmente já sofreram algum tipo de violência e o resultado das respostas mostra que apenas **20,8% se declararam ter sofrido algum tipo de violência** (Figura 13).

Figura 13 - Percentual de meninas e jovens mulheres que sofreram violência

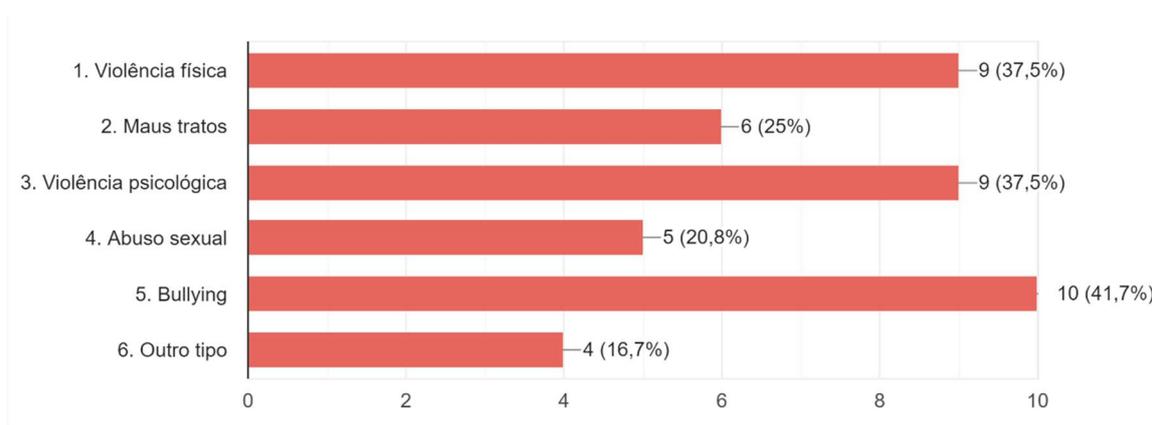


Fonte: CMC,2022

Mesmo que esse percentual seja menor do que outros estudos e pesquisas, ele se mostra significativo quando se analisa os tipos de violência cometidas contra essas meninas e jovens mulheres (Figura 14):

- 37,5% sofreram violência física;
- 37,5% sofreram violência psicológica;
- 41,7% sofreram bullying;
- 25% sofreram maus tratos; e
- 20,8% sofreram abuso sexual.

Figura 14-Tipologia de violências sofridas pelas meninas e jovens mulheres



Fonte: CMC,2022

Apenas 2 meninas das que escolheram a opção “outro tipo” declararam quais tipos de violência sofreram: ameaças (que pode ser caracterizada como violência psicológica); e assédio (não distinguiu se sexual ou moral).

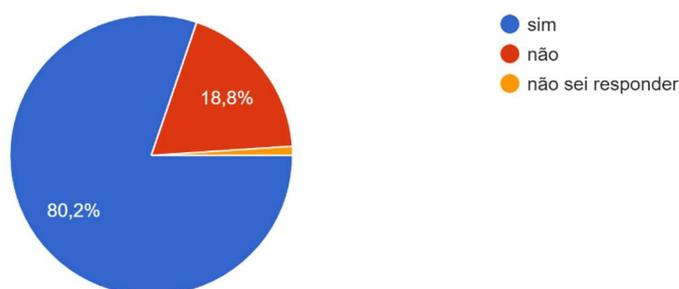
3.2 O perfil das localidades onde vivem das meninas e jovens mulheres que estão fora da escola

Essa segunda parte desse capítulo descreve e relata a opinião das meninas e jovens mulheres que estão fora da escola sobre as localidades (comunidades e bairros) onde elas, contemplando aspectos relacionados ao direito à cidade, à infraestrutura social existente cultura, lazer e segurança pública.

a) As meninas e jovens mulheres gostam de morar nessas localidades, apesar dos problemas de segurança

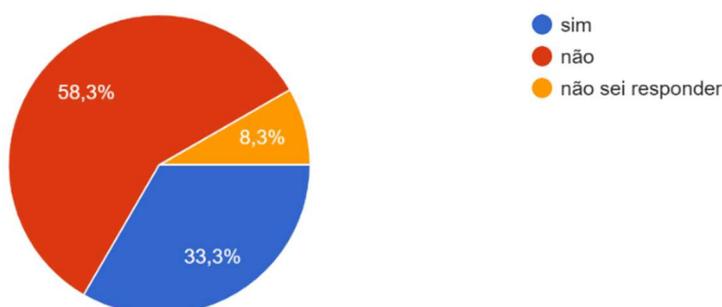
A grande maioria das entrevistadas (80,2%) afirmaram que **gostam de morar no bairro/comunidade onde residem** (Figura 15), mesmo que quase 60% dessas mesmas meninas jovens não considerem essas localidades como seguras. Esse percentual pode ser ampliado, caso se considere parte do percentual (8,3%) que não souberam responder (Figura 16).

Figura 15 – Percepção positiva sobre o local onde moram



Fonte: CMC,2022

Figura 16 - Percepção sobre a segurança dos bairros e comunidades

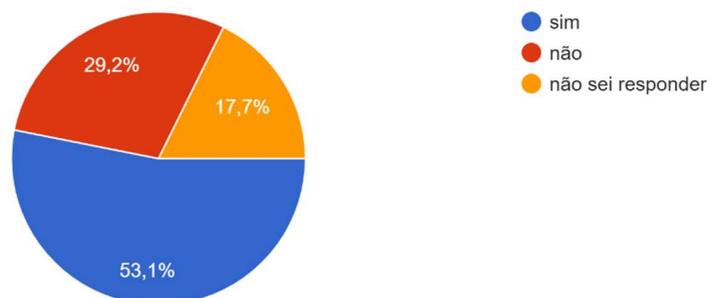


Fonte: CMC,2022

A avaliação das meninas e jovens mulheres sobre a situação de insegurança nos locais onde elas moram pode ser comprovada e/ou ratificada pela presença de gangues e do tráfico de drogas nos bairros e comunidades.

53,1% das entrevistadas afirmaram que seu bairro/comunidade tem gangues (Figura 17). Considerando que quase 18% não souberam responder a essa questão, a tendência é que esse percentual de presença de gangues possa ser maior na percepção de quem mora nessas localidades.

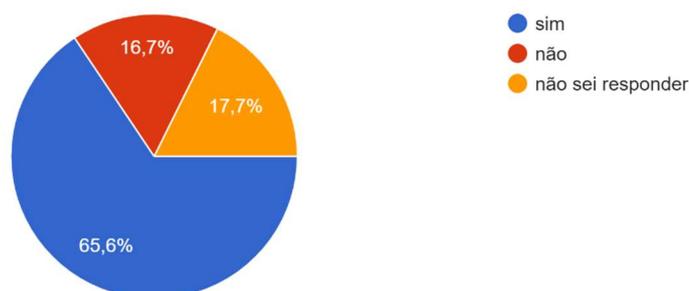
Figura 17 - Presença de gangues nas comunidades/bairros



Fonte: CMC, 2022

Quanto ao quesito tráfico de drogas, a situação de insegurança pode ser agravada, pois **65,6% das meninas e jovens mulheres entrevistadas responderam que existe tráfico de drogas no seu bairro ou comunidade** (Figura 18). Aqui se repete um alto percentual de meninas e jovens mulheres que não souberam responder, o que tende a aumentar a percepção e/ou vivência dessas meninas num território com tráfico de drogas, que vulnerabiliza as pessoas que aí vivem às diversas violências, inclusive de ordem policial, especialmente **quando a população é majoritariamente negra**, como indica os dados anteriores.

Figura 18 - Presença de tráfico de drogas nos bairros e comunidades

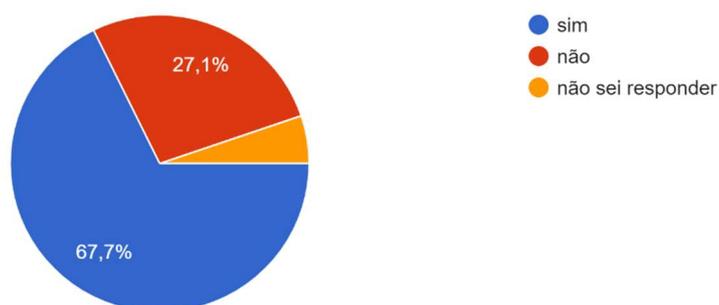


Fonte: CMC, 2022

b) As meninas e jovens mulheres moram em locais com certa precariedade na infraestrutura e nos serviços públicos

A maior parte das entrevistadas (67,7%) respondeu que a iluminação pública é boa para elas andarem com segurança, mas também se identifica que um percentual significativo (27,1%) avalia que essa iluminação pública não atende as necessidades de tornar esses espaços seguros para elas (Figura 19). 5,2% não souberam avaliar esse quesito.

Figura 19 - Avaliação da iluminação dos espaços públicos



Fonte: CMC, 2022

Essa realidade praticamente se repete quando se analisa os serviços de transportes públicos que estão disponíveis nessas localidades. Para uma, entre 4 meninas e jovens mulheres entrevistadas, esse serviço não é de qualidade. Essa percepção pode ser maior ainda, pois mais de 10% das entrevistadas não souberam avaliar.

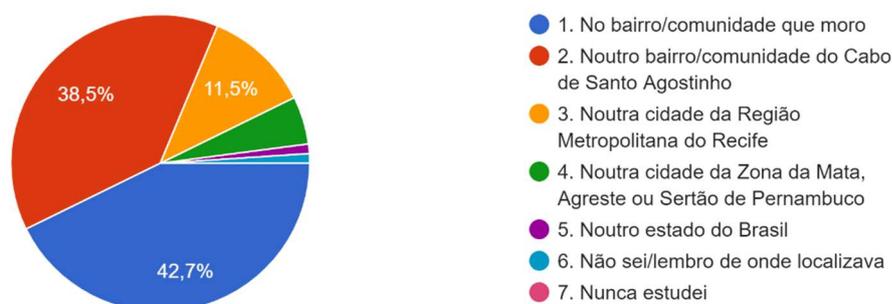
c) Escolas presentes nas localidades nem sempre garante o acesso a educação por meninas e jovens mulheres

Quando se interroga sobre onde estudavam as meninas e jovens mulheres que estão fora da escola, 42,7% responderam que era uma escola do próprio bairro/comunidade, o que reforça uma hipótese de que **a educação oferecida nos próprios territórios não consegue evitar a evasão de meninas e jovens mulheres** (Figura 20).

Esse mesmo gráfico também identifica que uma parte significativa das respostas (38,5%) reflete que essas **meninas e jovens mulheres estudavam em outros bairros e outras comunidades do Cabo de Santo Agostinho**. Isto sinaliza duas questões que podem auxiliar o planejamento de processos de busca ativa e de retorno dessas meninas e jovens mulheres às escolas:

- Necessidade de melhoria do sistema de transporte público e de gratuidade desse serviço para as meninas e jovens mulheres mais vulnerabilizadas social e economicamente;*
- Que a busca ativa deve ser uma ação municipal e não apenas das escolas que estão no território, mesmo que essas sejam muito importantes para a busca ativa nos bairros e comunidades.*

Figura 20 - Onde estudavam as meninas e jovens mulheres que estão fora da escola



Fonte: CMC, 2022

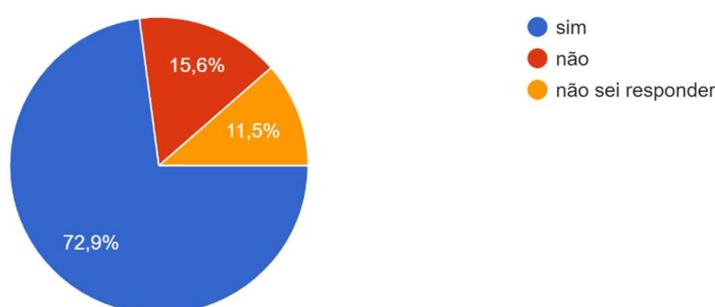
Outros dados nos chama a atenção para a definição de estratégias de busca ativa, que dizem respeito a migração dessas meninas e jovens mulheres dentro da Região Metropolitana do

Recife (RMR) e até de outras regiões do estado de Pernambuco, pois 11,5% estudavam em outro município da RMR e mais 5,2% estudavam em outro estado da Federação.

Esses dados evidenciam a necessidade de um Sistema Nacional de Educação que centralize e disponibilize todos os dados da evasão escolar de meninas e meninos; mulheres e homens jovens para que se viabilize a busca ativa daquelas/es que “deixaram suas matrículas para trás”.

Sobre a educação ofertada no próprio território onde vivem essas meninas e jovens mulheres, quase **73% das entrevistadas responderam que as escolas públicas do seu bairro/comunidade atendem bem a todas às meninas e meninos que querem estudar** (Figura 21). Isto nos revela que as causas do abandono e da evasão não estão apenas concentradas na oferta e qualidade da educação pública, assunto que será detalhado no capítulo seguinte.

Figura 21 - Nível de atendimento das escolas públicas nos bairros/comunidades das meninas e jovens mulheres que estão fora da escola



Fonte: CMC, 2022

Porém, o percentual de meninas e jovens mulheres que responderam que as escolas públicas não atendem bem às necessidades de todas/os meninas/os (15,6%) e aquelas que não souberam responder (11,5%) vão na contramão das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), pelo Plano Estadual de Educação (Lei Nº 15.533/2015) e pelo Plano Municipal de Educação do Cabo de Santo Agostinho (Lei 3055/2015).

Sobre o atendimento às demandas de creche, como o questionário não contemplou essa pergunta, não foi possível fazer uma avaliação do nível de atendimento da demanda, a partir das meninas e jovens mulheres entrevistadas.

Porém, a partir de um levantamento feito no próprio site da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, identifica-se 28 unidades voltadas à educação infantil, tendo uma boa distribuição espacial entre bairros e comunidades onde moram essas meninas e jovens mulheres. Dessas 28 unidades, 8 funcionam em espaços comunitários, a partir de convênios com a Prefeitura Municipal.

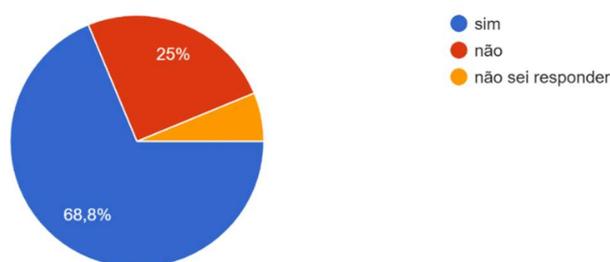
Em termos de creches, são 4 unidades (Garapu, Enseadas, Charnequinha e Potezinha) e são 18 escolas que oferecem turmas de creches, aumentando assim a oferta de vagas. Mas ainda é uma preocupação identificada nas atividades de monitoramento do atendimento às crianças da primeira infância (0 a 3 anos), feito pelo Conselho Municipal de Educação, quando se identifica que a essa **oferta ainda não atende à demanda**, tendo assim um impacto direto na vida das jovens mães que, em sua maioria, abandonam a escola por conta dos cuidados necessários a essa faixa etária da infância.

d) Direito a saúde e pobreza menstrual

Para o CMC e o Fundo Malala, o direito à educação de meninas e jovens mulheres tem interdependência e complementariedade com outros direitos, sendo que no caso do objeto desse diagnóstico, a questão dos direitos sexuais e direitos reprodutivos dessa população tem ligação direta com a oferta de um serviço público de saúde acessível e de qualidade para as meninas e jovens mulheres, pois muitas delas abandonam a escola por conta de gravidez, seja ela desejada ou não.

Neste sentido, esse diagnóstico quis saber como as meninas e jovens mulheres avaliam se seu bairro/comunidade tem posto ou unidade de saúde que presta um bom serviço. Apesar de uma parcela significativa (25%) avaliar que os serviços existentes não prestam um bom serviço, bem como 6,3% não se sentiram aptas a avaliar, o resultado demonstra que **quase 70% avaliam esse serviço como positivo**, o que é uma informação relevante para esse diagnóstico (Figura 22).

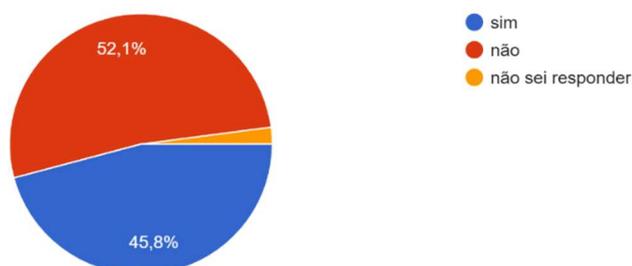
Figura 22 - Avaliação dos serviços de saúde pública



Fonte: CMC, 2022

Com o crescente debate acerca da **pobreza menstrual**, considerando que é um conceito que reúne em duas palavras um fenômeno complexo, transdisciplinar e multidimensional, vivenciado por meninas e mulheres devido à falta de acesso a recursos, infraestrutura e conhecimento para que tenham plena capacidade de cuidar da sua menstruação (UNFPA/Unicef, 2021), foi perguntado se as meninas já tinham faltado às aulas porque estavam menstruadas. **Quase 46% responderam afirmativamente**, o que revela que essa questão tem impacto direto na evasão escolar sazonal ou definitiva das meninas e jovens mulheres.

Figura 23 - Percentual de meninas e jovens mulheres que faltaram às aulas por causa da menstruação

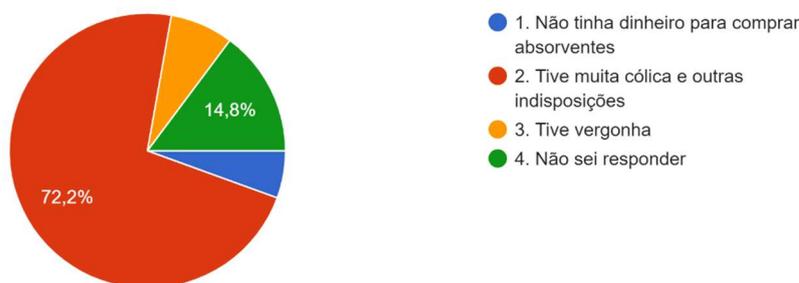


Fonte: CMC, 2022

Quando se pergunta sobre as causas dessa evasão escolar sazonal, as respostas (72,2%) apontam principalmente para desconfortos físicos (cólicas e outras indisposições), mas quando se contabiliza causas que explicitam a pobreza menstrual, ou seja, 5,6% não teve

dinheiro para comprar absorventes, com outras respostas afins: 7,4% tiveram vergonha e quase 15% não souberam responder, esse problema deve ser considerado no enfrentamento à evasão e abandono escolar de meninas e jovens mulheres (Figura 24).

Figura 24 - Motivos para faltar às aulas por conta do ciclo menstrual



Fonte: CMC, 2022

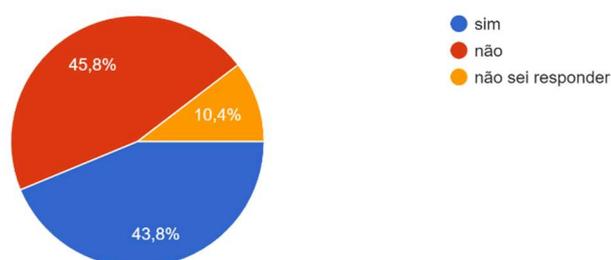
Cabe ressaltar que recentemente foi aprovada a Lei 14.214/21, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual que o tem o objetivo de combater a precariedade menstrual – ou seja, a falta de acesso a produtos de higiene e a outros itens necessários ao período da menstruação; **obriga o poder público a promover campanha informativa sobre a saúde menstrual** e as suas consequências para a saúde da mulher; e **autoriza os gestores da área de educação a realizar os gastos necessários** para o atendimento da medida, o que pode contribuir na prática para eliminar e/ou minimizar os impactos da pobreza menstrual na evasão escolar de meninas e jovens mulheres vulnerabilizadas.

e) Já se sente os efeitos da Emenda Constitucional nos serviços de assistência social e de acolhimento das meninas e jovens mulheres em situação de vulnerabilidade

Pode ser pretensioso a afirmação desse subtópico nesta parte do diagnóstico, mas os resultados da avaliação sobre os equipamentos e serviços sociais e de acolhimento para as meninas e jovens mulheres que estão fora das escolas e que também apresentam situação de vulnerabilidade podem comprovar esta hipótese.

A maior parte das meninas e jovens mulheres entrevistadas (**45,8%**) **avaliam que o seu bairro/comunidade não tem bons serviços de assistência social**. Se juntar o percentual que não sabe responder, esse patamar pode chegar até 56,2% (Figura 25).

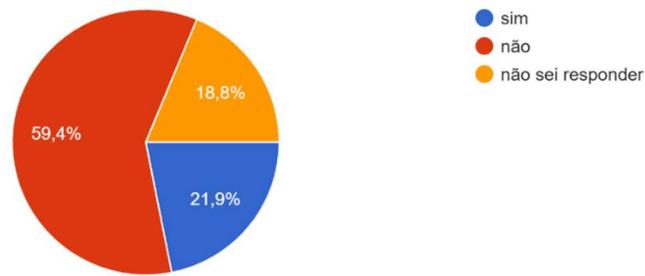
Figura 25 - Avaliação dos serviços de Assistência Social existentes no bairro/comunidade



Fonte: CMC, 2022

Essa situação é mais agravante quanto o quesito é o acolhimento de meninas e jovens mulheres em situação de violência. **Quase 60% das entrevistadas avaliam que no seu bairro/comunidade não existe lugar para esse acolhimento**. Este percentual tende a ser maior, pois 18,8% das meninas e jovens mulheres não souberam avaliar essa questão (Figura 26).

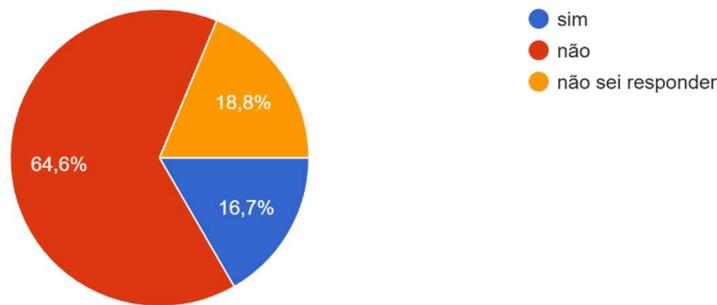
Figura 26 - Existência de lugares para acolhimento das meninas e jovens mulheres em situação de violência



Fonte: CMC, 2022

A situação se agrava ainda mais quando se fala de insegurança alimentar e nutricional (fome), pois quase **65% das meninas e jovens mulheres que responderam ao questionário avaliam que não há lugares no seu bairro/comunidades para atender as meninas que estão em situação de fome**. Novamente aqui, esse percentual pode ser mais amplo quando 18,8% não souberam avaliar a existência ou não de locais para este tipo de assistência (Figura 27).

Figura 27- Existência ou não de lugares para atender meninas e jovens mulheres em situação de fome



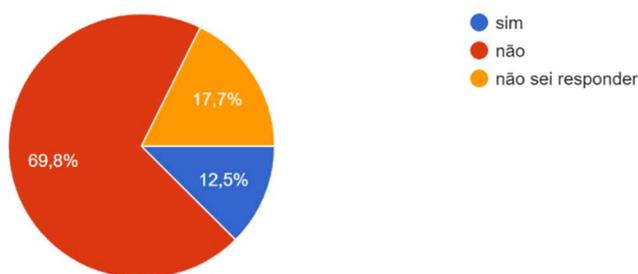
Fonte: CMC, 2022

Essa situação é muito grave, pois a volta do Brasil ao Mapa da Fome é retrocesso inédito no mundo, pois o cenário de combate à fome em nosso país mudou em 2015, justamente quando o impeachment sofrido pela presidenta Dilma era ensaiado e em 2018 o país volta ao Mapa da Fome. O Brasil sofre nas mãos do governo Jair Bolsonaro, pois segundo um dos criadores do Fome Zero, o professor aposentado do Instituto de Economia da Unicamp, Walter Belik, a atual gestão federal conduz uma política deliberada de desmonte das iniciativas contra a fome no país¹. **Em 2020, o país registrou 55,2% da população convivendo com a insegurança alimentar**, segundo pesquisa da Rede Pennsan - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Apesar de apenas uma entrevistada se declarar na condição de moradora de rua, outro aspecto preocupante é a falta de lugares para atender meninas desabrigadas, sem teto ou em situação de rua. Para praticamente 70% das entrevistadas, nem o bairro/comunidade, nem a cidade tem lugares que oferecem esse serviço. Mais uma vez essa percepção poderia ser maior, pois 17,7% não souberam responder tal questão (Figura 28)

¹ Ver <https://www.eco.unicamp.br/midia/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista>

Figura 28 - Existência de locais para atender meninas e jovens mulheres desabrigadas, sem teto ou em situação de rua



Fonte: CMC, 2022

Essa realidade também impacta a vida de meninas e/ou jovens mulheres que estão em situação de vulnerabilidade, pois o último levantamento do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em março de 2020, estimou que o número total de pessoas em situação de rua no Brasil era de aproximadamente 221.869 pessoas, sendo que cerca de 30% dessas pessoas não estavam incluídas no CadÚnico. Hoje, há uma sensação comum de que esse número é crescente, embora não haja um levantamento nacional.

O censo antecipado municipal de São Paulo pode dar uma medida do quanto essa situação de desamparo vem aumentando. No censo de 2019, 24.344 pessoas moravam nas ruas de São Paulo. No final de 2021, esse número passou para 31.884 pessoas, um aumento de 31% em dois anos².

A pandemia não acelerou esse processo na proporção em que a mídia e a prefeitura paulistana tentaram mostrar. Em outubro de 2021, a Central de Movimentos Populares organizou a Jornada Nacional de Luta por Moradia quando avaliou que o caos habitacional passou longe do vírus. Responsabilizou o fim do programa Minha Casa, Minha Vida, o aumento da fome e do desemprego. A Covid-19 entrou em outro cálculo: mesmo com a crise de emprego e a pandemia, mais de 93 mil famílias estavam ameaçadas de despejo nesta situação.

Essas informações reforçam a afirmação que a aplicação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016, conhecida como EC dos tetos gastos e/ou como a EC da “morte”, já causa impacto direto no atendimento social às populações mais vulnerabilizadas, entre elas, as meninas e jovens mulheres que são o foco desse diagnóstico.

Após sua promulgação e já no primeiro ano de vigência, esse novo regime fiscal impôs uma redução importante de recursos para Assistência Social: o teto estimado garantiu em torno R\$ 79 bilhões ao invés dos R\$ 85 bilhões necessários para fazer frente às políticas socio protetivas, ou seja, representaria uma redução de 8%. Estas perdas tendem a aumentar de maneira progressiva, alcançando 54% em 2036, com perdas para o financiamento da política de assistência social nas próximas duas décadas, com a vigência da EC 95, na ordem de R\$ 868 bilhões (PAIVA/IPEA, 2016).

No olhar de quem realizou esse diagnóstico, a precariedade do acesso aos serviços das comunidades e bairros onde vivem as meninas e jovens mulheres entrevistadas, confirma essa tendência, pressionando o poder público municipal, que não pode reverter essa situação

² Ver <https://recontaai.com.br/sem-trabalho-sem-renda-sem-casa-o-aumento-da-populacao-de-rua-no-brasil#:~:text=No%20final%20de%202021%2C%20esse,de%2031%25%20em%20dois%20anos.&text=Essa%20not%C3%ADcia%20repercutiu%20na%20m%C3%ADdia,pessoas%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua.>

a partir dos seus próprios recursos, já que boa parte dos recursos da Assistência Social é repassado pelo Governo Federal.

Como o objeto da investigação está relacionado diretamente ao direito à educação, também cabe ressaltar os impactos da EC 95 na efetivação desse direito. Estudo da Campanha Nacional de pelo Direito à Educação (2020) estima/projeta uma redução (de até 12%) relativa do investimento em educação frente à renda, salvo quando esta se encontra em declínio, gerando impactos redistributivos dessa diminuição na participação do investimento em educação básica. Isso foi possível de verificar, no mês de maio de 2019, um contingenciamento do orçamento do MEC em um valor de aproximadamente R\$ 5,8 bilhões para as despesas discricionárias e não obrigatórias. Em porcentagem, esse valor representou um contingenciamento de 23,5% da dotação inicial. Ademais, evidencia-se que esse impacto incidiu nas despesas de custeio (ex.: gastos de manutenção como contas de água e de luz) e de investimento (ex.: infraestrutura e aquisição de novos equipamentos).

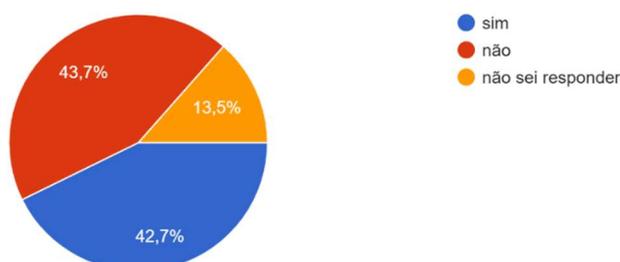
f) Acesso a esporte, lazer e cultura

Apesar da maioria das meninas e jovens mulheres gostarem de morar nos bairros e comunidades em que vivem, elas também avaliam que esses lugares não oferecem muitas opções para a prática de esportes e acesso a cultura nas próprias localidades.

43,7% dessas meninas e jovens mulheres consideram que seu bairro e comunidade **não oferece bons lugares para a prática de esporte**. Um percentual significativo (13,5%) não sabe fazer essa avaliação, o que demonstra um sentimento de pouco pertencimento ao território (Figura 29).

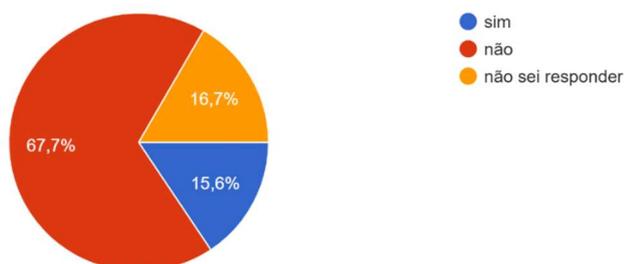
Quando o assunto é cultura, essa precariedade se amplia, pois **quase 68% avaliam que no seu bairro/comunidade não são realizadas atividades culturais com frequência**, sendo que essa percepção negativa poderia ser maior, pois aproximadamente 17% não souberam avaliar esse quesito.

Figura 29 - Existência de bons lugares para a prática de esportes



Fonte: CMC, 2022

Figura 30 - Oferta de atividades culturais com frequência



Fonte: CMC, 2022

Esses dois exemplos ilustram que há um limite de acesso as duas atividades que são muito complementares à educação, abrindo a possibilidade que as escolas possam ter um papel mais amplo de também se tornarem mais atrativas a partir da oferta de equipamentos e oportunidades para a prática diversificada de esportes e a realização de atividades culturais de interesse para as meninas e jovens mulheres que estão fora da escola.

Por fim, quando se pergunta “o que as meninas e jovens mulheres mais gostam nos locais onde mora”, apesar de um número alto de respostas (24) afirmando que nada ou não sabiam responder, também foi elevado o número que responderam aspectos relacionados a natureza (22), sendo 16 referentes às praias, rios e bicas e 6 relacionadas às praças e parques.

Também se destacam as respostas relacionadas a tranquilidade/calmaria/silêncio (12), o que se contradiz com a resposta sobre a insegurança dos lugares, que teve percentual alto anteriormente); o valor dado às pessoas e amigos/as (6); e o acesso a escola, posto de saúde, mercado e lanchonetes (6).

Quando se inverte a pergunta, aquelas que responderam nada ou não souberam responder, foi um número menor (18) em relação às que responderam sobre o “que as meninas e jovens mulheres menos gostam”. Os demais itens mais presentes dizem respeito a: a) falta de segurança, violência, roubos e violência (20 respostas); b) precariedade das ruas, que não tem calçamento, com muito buracos, esgoto e lama (6); e aspecto de comportamento das pessoas, como fofocas e ruim vizinhança (6).

4. CAUSAS E EFEITOS DA EVASÃO ESCOLAR DE MENINAS E JOVENS MULHERES NO CABO DE SANTO AGOSTINHO

Esse capítulo do diagnóstico representa a parte principal desse documento porque ele detalha o objeto da nossa investigação, cujo propósito é identificar as causas da evasão escolar de meninas e jovens mulheres, bem como os principais efeitos na vida dessa população. Cabe salientar que essa análise já esteve presente em diversas passagens dos capítulos anteriores, e são informações que também serão resgatadas sempre que necessário e pertinente.

Além dos resultados dos questionários respondidos por essas meninas e jovens mulheres, aqui também serão apresentadas as percepções de gestores/as e de representações da sociedade civil que estão em espaços de controle social de políticas relacionadas a essa problemática.

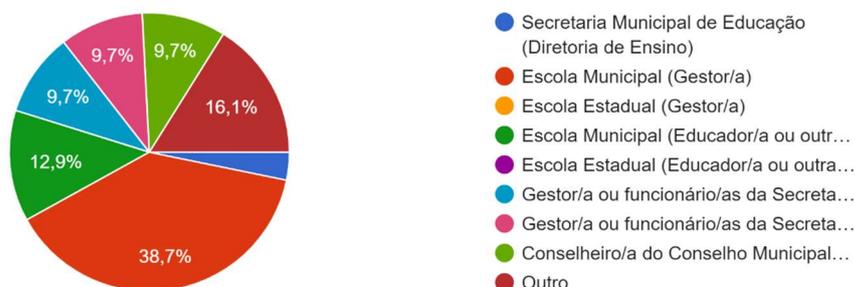
Da mesma forma, continua o diálogo com outras referências já sistematizadas sobre o tema, que foram pesquisados pela consultoria, ou seja, estudos, guias, documentos e dados secundários que versam sobre a evasão escolar de meninas e jovens mulheres.

4.1 Perfil dos/as gestores/as e representantes da sociedade civil que contribuíram com o diagnóstico.

Ao todo, participaram **31 gestores e representantes espaços de controle social** de políticas públicas do município do Cabo de Santo Agostinho. A maior participação foi de gestores/as de escolas públicas, que representa 38,7% desse total. Em segundo lugar (12,9%) de educadores/as ou outro profissional da educação de escola pública, sendo seguido de gestores/as da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria de Programas Sociais e de representantes do Conselho da Criança e Adolescente, com cada uma dessas categorias representando 9,7% da amostra entrevistada (Figura 31).

Ainda houve resposta de uma representação da Diretoria de Ensino da Secretaria de Municipal de Educação e dentre aqueles que escolheu “outra opção” (16,1%) tem-se uma dirigente sindical; uma representação da Coordenação de Políticas Públicas para Mulheres; uma representação da Gerência de Promoção da Cultura; e uma profissional da saúde (enfermeira).

Figura 31- Organização onde atua ou trabalha

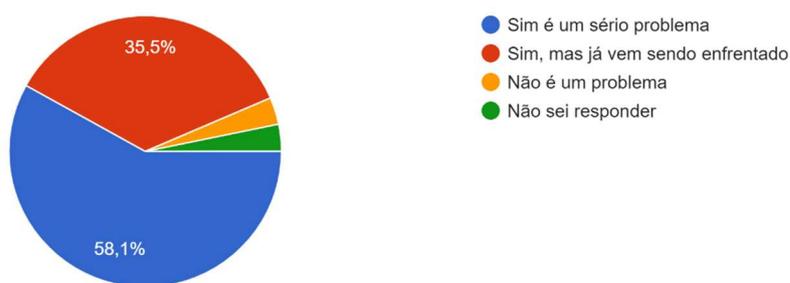


Fonte: CMC, 2022

4.2 Abandono e evasão escolar de meninas e jovens mulheres: um problema a ser enfrentado por toda sociedade

Para contextualizar o tamanho da problemática que representa a evasão escolar, partiu-se das respostas dos/as gestores/as e representantes e conselheiros/as, quando **93,6% afirmam que a evasão escolar de meninas e jovens mulheres no Cabo de Santo Agostinho é um sério problema**, mesmo que 35,5% sinalizem que este problema já vem sendo enfrentado (Figura 31). Apenas uma pessoa afirmou que não é um problema e outra pessoa não sobre responder. Inclusive 80,6% dessas pessoas entrevistadas conhecem alguma menina ou jovem mulher, em idade escolar que está fora da escola.

Figura 32 - Opinião de gestores/as e conselheiros/as sobre a evasão escolar de meninas e jovens mulheres



Fonte: CMC, 2022

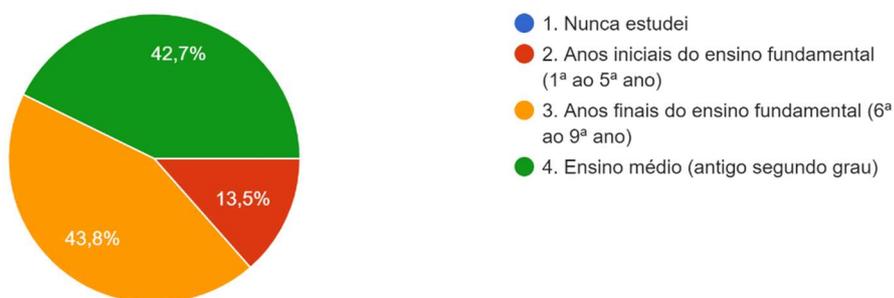
Ainda, quando se analisa o perfil das meninas e jovens mulheres que foram entrevistadas, identifica-se **que todas elas já estudaram**, ou seja, todas elas tiveram que, por algum motivo, tiveram que abandonar a escola, como se pode visualizar no gráfico seguinte (Figura 33). A maior parte delas abandonaram a escola **nos anos finais do ensino fundamental (43,8%)**, percentual praticamente similar àquelas que deixaram a escola **durante o ensino médio (42,7%)**.

Essa informação confirma uma tendência nacional, pois dados do Instituto Unibanco (2014), analisando a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (Pnad/IBGE) apontam que a maioria (52%) dos/as jovens fora da escola abandonou os estudos sem sequer ter completado o Ensino Fundamental, sendo o subgrupo mais vulnerável, pois são brasileiros/as que, caso

não voltem a estudar, terão altíssima probabilidade de inserção precária no mercado de trabalho, além de não terem tido seu direito à Educação Básica assegurado.

A precariedade no acesso ao trabalho está confirmada no item desse diagnóstico que descreve a situação socioeconômica das meninas e jovens mulheres que estão fora da escola.

Figura 33 - Quando as meninas e jovens mulheres pararam de estudar



Fonte: CMC, 2022

Essas informações também servem de alerta sobre quão atraente tem sido o ensino médio para as meninas e jovens mulheres que abandonam a escola nos anos finais do ensino fundamental ou durante o próprio ensino médio.

Os estudos feitos com dados do IBGE e do MEC (Instituto Unibanco, 2014) indicam que há grupos em maior risco. São jovens de baixa renda, em sua maioria negros/as, que trocam com frequência os estudos por um trabalho precário ou que (no caso das mulheres) ficam grávidas já na adolescência. Sobre muitos desses fatores externos, a escola tem pouca interferência. Há, porém, razões que levam ao abandono e que estão mais diretamente ligadas ao ambiente escolar. É o caso da repetência e do desinteresse do/a jovem pelos estudos, motivados pela baixa qualidade do ensino e por um currículo, especialmente no Ensino Médio, enciclopédico e com pouca flexibilidade para escolhas.

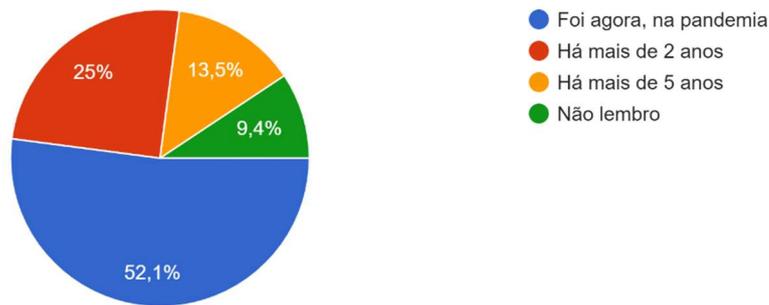
Porém, há especialistas que alertam sobre os limites dessa flexibilidade, pois não se cria uma flexibilidade no Ensino Médio apresentando aos alunos, aos 16 anos de idade, cinco possibilidades de trajetória. Daniel Cara, professor da Escola de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e membro da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (<https://campanha.org.br/>) classifica a reforma do ensino médio como uma “volta ao passado”, no sentido de retrocesso para a educação pública brasileira, pois ela faz com que os/as estudantes sejam divididos entre aqueles que vão ter acesso a um ensino propedêutico e aqueles que vão ter acesso a um ensino técnico de baixa qualidade³. Ou seja, na prática, o novo ensino médio “empurra” os/as jovens com menor renda para carreiras de subemprego, enquanto os/as mais ricos/as poderão focar os estudos nas áreas que desejam.

A maioria das meninas e jovens mulheres (52,1%) nos informaram que pararam de estudar durante a pandemia, o que comprova outra tendência verificada em estudos e pesquisas sobre impacto negativo da Covid-19 na evasão e no abandono escolar.

Porém, o gráfico seguinte (Figura 34) revela que essa situação é grave antes da pandemia, pois quando se soma os percentuais daquelas que deixaram a escola há mais de cinco anos (13,5%), com daquelas que deixaram de estudar há dois anos (25%), esse percentual chega a 37,5%. O percentual daquelas que não lembra quando pararam de estudar (9,4%) tem grande probabilidade de ser anterior à pandemia.

³ Ver mais em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/564734-reforma-do-ensino-medio-e-um-retorno-piorado-a-decada-de-90>

Figura 34 - Período que as meninas e jovens mulheres deixaram de estudar



Fonte: CMC, 2022

Esses dados também se aproximam da análise feita por Souza et al (2018), quando avaliam sobre impacto direto da pandemia da Covid-19 no acesso e permanência na escola, resultando em escolas fechadas e agravamento dos quadros de defasagem e exclusão. Quem já estava excluído ficou ainda mais longe de seu direito de aprender. E aqueles/as que estavam matriculados/as, mas tinham menos condições de se manter aprendendo em casa – seja por falta de acesso à internet, pelo agravamento da situação de pobreza e outros fatores – acabaram tendo seu direito à educação negado. Dados semelhantes foram obtidos na primeira etapa do Diagnóstico realizado pelo CMC (2019).

Segundo a Unicef (2021), em novembro de 2020, mais de 5 milhões de meninas e meninos de 6 a 17 anos não tinham acesso à educação no Brasil. Desses/as, mais de 40% eram crianças de 6 a 10 anos, faixa etária em que a educação estava praticamente universalizada antes da pandemia.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad-Covid-19 (IBGE, 2020)⁴, realizada no ano de 2020, revelaram que em setembro daquele ano 6,4 milhões de estudantes, que correspondem a 13,9% do total, não tiveram acesso às atividades escolares no Brasil. O mesmo levantamento mostrou que estudantes negros e indígenas sem atividade escolar são o triplo de estudantes brancos: 4,3 milhões de crianças e adolescentes negros e indígenas da rede pública e 1,5 milhão de adolescentes brancas, respectivamente. De fato, acentuadas pela pandemia, as desigualdades educacionais afetaram todos os grupos sociais, todavia, **é inevitável reconhecer que a pandemia ampliou as desigualdades educacionais existentes entre pessoas não-brancas e brancas no Brasil**, cabendo lembrar que o perfil socioeconômico das meninas e mulheres que participaram do diagnóstico revelou que mais de 80% delas se declararam negras.

Em diálogo com essa perspectiva, os resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Geledés (2021) revelam que **as meninas negras foram as mais afetadas pela consequente adoção do ensino remoto decorrente da pandemia da Covid-19**, o que se torna evidente ao analisar os indicadores que apontam as dificuldades enfrentadas para acesso aos instrumentos de escolarização à distância e a baixa participação na realização das atividades escolares que, certamente, representam riscos para sua permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica.

Segundo a pesquisa, as meninas negras enfrentam diversos estereótipos que recaem sobre suas vidas desde a tenra idade, colocando-as em um cenário de profundas desigualdades e violência. Esses estereótipos se manifestam de maneira violenta na vida de meninas negras, colocando-as como não-merecedoras de carinho, dedicação, proteção e atenção. O racismo,

⁴ Ver mais em (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanalpnadcovid1.html?=&t=resultados>).

que dá sustentação a esses estereótipos, chega às suas vidas já na primeira infância e as acompanha ao longo de suas trajetórias, comprometendo o percurso escolar e o desenvolvimento integral. A falta de atenção especial às desigualdades enfrentadas pelas meninas negras reforça o fato de que no período de isolamento social elas se tornem progressivamente mais vulneráveis, distanciando-se do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), isto é, dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente.

A pesquisa também aponta que 73,83% das/os docentes entrevistados/as afirmaram que as meninas negras foram afetadas de forma diferente pelas consequências da pandemia, pois sofrem mais com: sobrecarga de tarefas domésticas; necessidade trabalhar para ajudar a família; vulnerabilidade social; desigualdades; baixa autoestima; violência e abusos; discriminação e racismo, questões que incidirão de forma desigual e mais acentuadas em suas vidas.

Esses/as docentes, a partir de suas experiências de contato com estudantes, apontam que a pandemia reforçou as desigualdades, agravou a saúde física e mental, aumentou a violação de direitos e ampliou a evasão escolar. Nas respostas deste grupo ficou evidente que o acesso às plataformas de educação à distância sequer foi universalizado para que pudesse realizar uma avaliação da eficácia do ensino remoto, ou seja, a maior parcela de estudantes não acessou ou, quando acessaram, não realizaram as atividades. Além disso, foram evidenciados que o processo educacional exige interação, trocas e criação de vínculo. Por isso, quase a totalidade de docentes considera este modelo de ensino remoto inadequado principalmente porque as/os estudantes não têm acesso aos equipamentos e estrutura necessários.

Esse quadro pode ter sido agravado para aquelas escolas e comunidades com menos acessibilidade a internet e aos equipamentos para conexão, como celulares, tablets e computadores de qualidade. O desafio foi imenso quando a pesquisa da Undime – União Nacional de Dirigentes Municipais (2021) revela que os/as dirigentes municipais afirmaram que em 95,3% dos municípios (que responderam à pesquisa, especialmente aqueles com menos recursos para investimentos), utilizaram materiais impressos como estratégias não presenciais para manter vínculos com estudantes durante a pandemia.

Figura 35 - Estratégias não presenciais dos municípios para manter vínculos com estudantes durante a pandemia



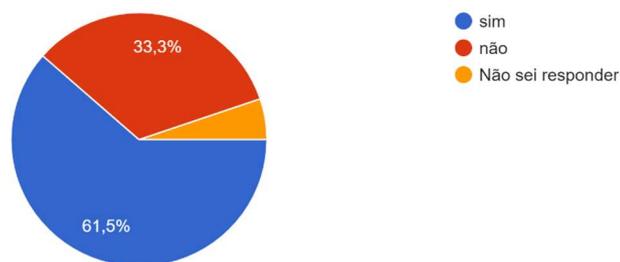
Fonte: Undime, 2021

4.3 A maioria das meninas e jovens mulheres não gostariam de ter abandonado a escola: as principais causas e efeitos da evasão e do abandono escolar

Outro achado importante dessa etapa do diagnóstico é o fato que **mais de 60 % das meninas e jovens mulheres gostariam de não ter abandonado a escola**, sendo que ainda 5,2% não souberam responder (Figura 36). Isso nos leva a refletir profundamente sobre as causas que

levam essas meninas e jovens a abandonarem a escola, mesmo para aquele um terço que se posicionou de forma contrária à maioria.

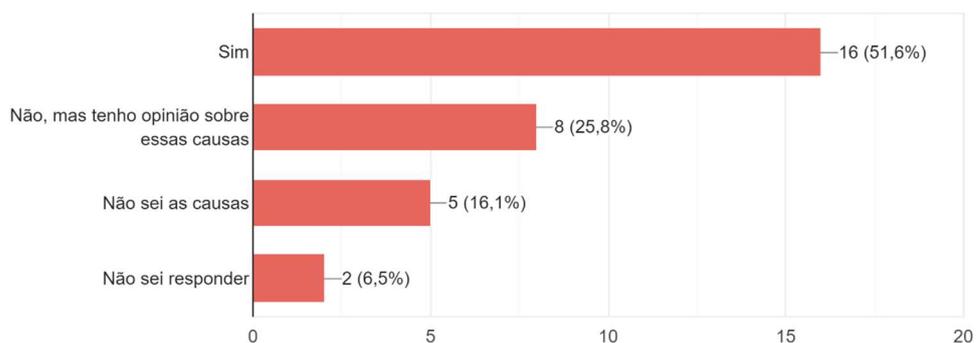
Figura 36 - Sobre a vontade das meninas e jovens mulheres de abandonarem a escola



Fonte: CMC, 2022

Em relação as respostas dos/as gestores/as e conselheiros/as, quando elas/es foram perguntados se tinham conhecimento das causas do abandono escolar pelas meninas e jovens mulheres conhecidas por elas/es, mais da metade (51,6%) afirmaram que sim e 25,8% disseram que não sabiam das causas, mas tinham opinião sobre elas. 16,1% não sabiam das causas e 6,5% não souberam responder (Figura 37).

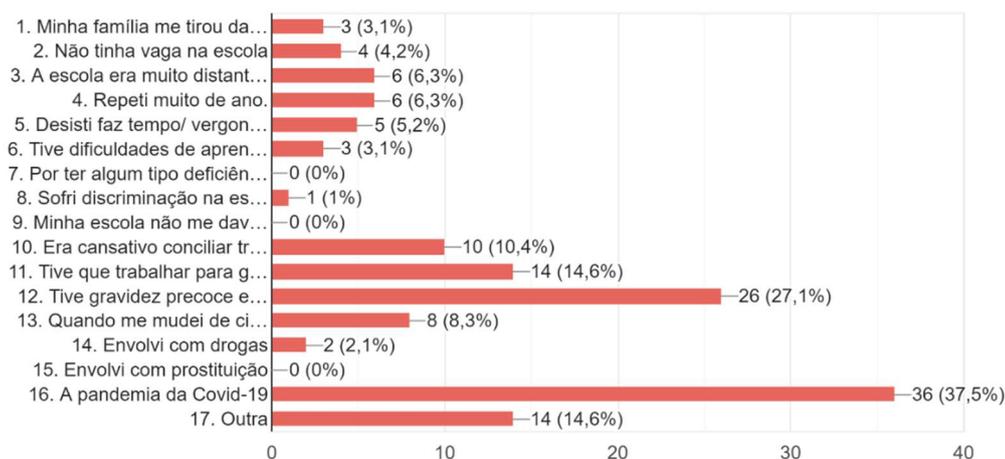
Figura 37 - Conhecimento dos/as gestores/as e conselheiros/as sobre as causas do abandono escolar de meninas e jovens mulheres



Fonte: CMC, 2022

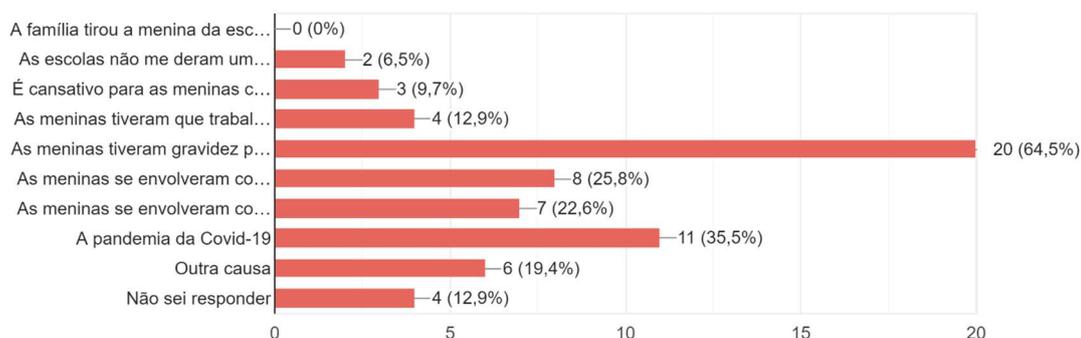
Quando as meninas e jovens mulheres foram perguntadas sobre os motivos e causas que as levaram a abandonar a escola, constata-se o **impacto direto da Covid-19, que foi apontado por 37,5% das entrevistadas** (Figura 38). Dentre aquelas que optaram por outro motivo além da lista oferecida no questionário uma respondeu que “*não parou porque quis, foi por não ter celular com internet*”, ou seja, por conta de não poder acompanhar as aulas virtuais e/ou à distância. Na opinião dos/as gestores/as e conselheiros/as, este impacto foi percentualmente um pouco menor (35,5%). Para este segmento, **a principal causa é a gravidez precoce, pois 64,5% escolheram essa opção** (Figura 39).

Figura 38- Causas que levaram ao abandono e evasão escolar a partir do olhar das meninas e jovens mulheres



Fonte: CMC, 2022

Figura 39 -Causas do abandono e evasão escolar das meninas e jovens mulheres: olhar dos/as gestores/as e conselheiros/as.



Fonte: CMC, 2022

Obviamente que **a gravidez precoce sempre aparece como a principal ou entre as causas principais** em todas as pesquisas, estudos e diagnósticos que versam sobre esse problema. No caso das respostas das meninas e jovens mulheres, elas sofreram mais dos que os meninos e rapazes jovens na pandemia porque o trabalho doméstico de cuidar da casa e das pessoas idosas, com deficiência ou doentes, recaem sobretudo sobre as mulheres que estavam em casa, ou seja, a pressão em cima dessas meninas e jovens mulheres para assumirem o trabalho reprodutivo foi muito maior, impactando negativamente o seu desempenho escolar e levando muitas delas a abandonarem a escola.

A evasão escolar tem um recorte de gênero que não pode ser negado. Ele molda a história das meninas e jovens mulheres e se fundamenta na cultura machista que engrossa o veio dos preconceitos e se tatua de forma crucial na pele daquelas mais pobres. Segundo pesquisa do Ministério da Educação, da OEI (Organização dos Estados Ibero Americanos) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso)⁵, em 2016, questões familiares, trabalho e gravidez são aos três principais elementos que afastam as jovens brasileiras dos estudos. Entre as meninas, 18,1% indicaram a gravidez como o principal motivo. Já entre os meninos da mesma faixa etária, somente 1,3% declararam que interromperam os estudos pela mesma razão.

⁵ Ver mais em <https://flacso.org.br/?p=14369>

Ainda voltando sobre os impactos da pandemia no abandono e evasão escolar, aquelas meninas e mulheres apresentam os porquês de suas respostas (Figura 40), que estão entrelaçadas com as percepções dos/as gestores/as e conselheiros/as (Figura 41):

- 71,4% não conseguiram acompanhar as aulas pois não tinham acesso a internet e/ou a internet era de baixa qualidade. 84,6% dos/as gestores endossam essa opinião.
- 21,4% avaliaram que aumentou o trabalho doméstico.
- 11,9% tiveram baixo rendimento nas atividades escolares. 30,8% dos/as gestores/as ratificam essa avaliação.
- 7,1 % avaliam que a escola não deu apoio necessário e tiveram que trabalhar fora para gerar renda para ela e sua família.

Os/as gestores/as também tiveram opiniões complementares:

- 15,4% avaliaram que os órgãos de Assistência Social não deram o apoio necessário às meninas e jovens mulheres.
- 7,7% avaliaram que as escolas não deram o apoio necessário às meninas e jovens mulheres.

Figura 40 - Como a pandemia da Covid-19 influenciou as meninas e jovens mulheres a abandonarem a escola (visão das meninas e jovens mulheres)

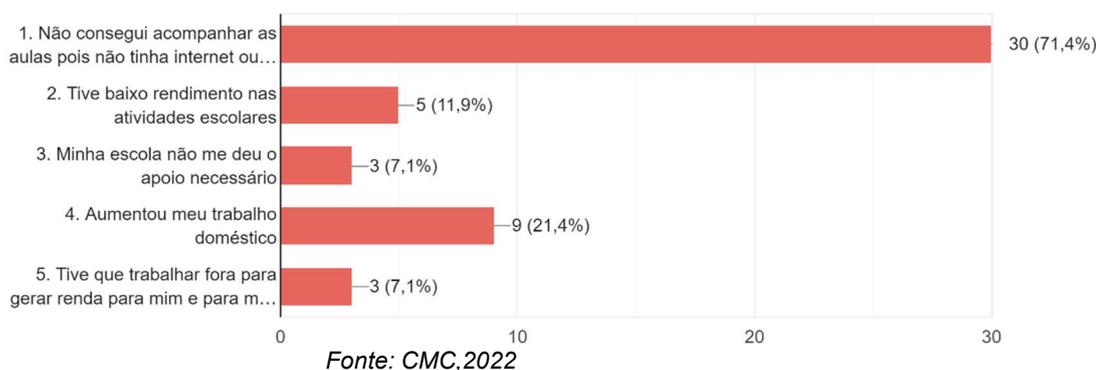
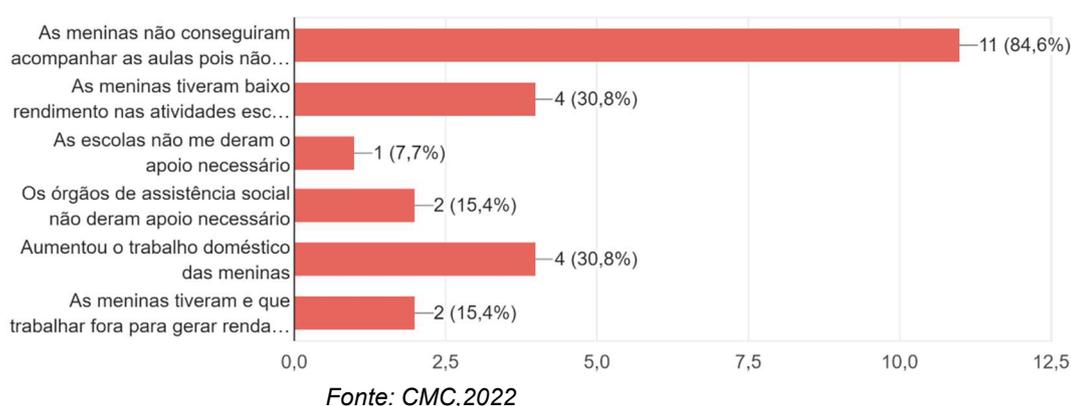


Figura 41 - Como a pandemia da Covid-19 influenciou as meninas e jovens mulheres a abandonarem a escola (percepção dos/as gestores/as e conselheiros/as)



Quando se avança na análise das respostas sobre as causas da evasão escolar, as respostas das meninas e jovens mulheres indicam que a **terceira causa está justamente relacionada a sobrevivência**, ou seja, 14,6% afirmaram que tiveram que trabalhar para gerar renda para ela e sua família. Na opinião dos/as gestores/as, esse percentual é bem semelhante (12,9%), mas esse segmento apontam o envolvimento das meninas e jovens mulheres com drogas (25,8%) e o envolvimento delas com a prostituição (22,6%) como a terceiro e quartas causas

mais significativas. Nas respostas das meninas e jovens mulheres, estas causas praticamente não são lembradas por elas, pois apenas 2,1% delas apontaram o envolvimento com as drogas como causa para a evasão e nenhuma delas afirmou que teve envolvimento com a prostituição e/ou exploração sexual.

Para os/as gestores/as e conselheiros/as que não vivem essa situação de evasão e conseqüentemente o peso que representa “assumir” envolvimento com drogas e/ou prostituição como causa para tal, é mais “confortável” fazer tal avaliação. Para a equipe que realizou o diagnóstico e analisou os dados, duas questões são importantes de salientar que:

- a) Os instrumentos utilizados pela pesquisa foram “limitados” para identificar o peso dessas duas causas, a partir do olhar das meninas e jovens mulheres, o que demanda um novo estudo que possa identificar melhor como essas duas dimensões afetam e contribuem para o abandono e a evasão escolar.

O CMC é ciente que para uma possível investigação sobre essas dimensões, ela deve ser uma ação em parceria com todos segmentos e organizações, públicas e da sociedade civil que tem interesse em minimizar essas causas, bem como desenvolver processos de busca ativa que considere o enfrentamento dessas questões, que são bem desafiadoras.

- b) Quando a maior parte das meninas e jovens mulheres avaliam que existem tráfico de drogas em suas localidades e posteriormente não se comprometem sobre sua possível participação nessa atividade, isso pode realmente ser um fator da evasão escolar, que não pode ser revelado a partir dos instrumentos utilizados no questionário. Isto também se revela em relação a participação das meninas e jovens mulheres em atividades de prostituição e exploração sexual, o que coloca a necessidade de entender melhor se essa dimensão é causa ou consequência da evasão escolar das meninas e jovens adolescentes.

A quarta causa apontada pelas meninas e jovens mulheres como causa da evasão e do abandono diz respeito **às dificuldades de conciliar as atividades domésticas com as atividades educacionais (10,4%)**, percentual muito próximo à percepção dos/as gestores/as e conselheiros (9,7%), o que confirma a necessidade dos currículos e dos projetos políticos pedagógicos das escolas contemplarem nos seus conteúdos o enfrentamento ao sexismo no ambiente doméstico e debate sobre a divisão justa do trabalho doméstico como forma de prevenir essa evasão e esse abandono e que essa educação seja um processo de gestão democrática que envolva as famílias das meninas e jovens mulheres, pois 6,6% avaliaram que um dos motivos de pararem de estudar foi por conta das suas famílias não permitirem que elas continuassem os estudos.

Ainda se pode destacar como causas relevantes da evasão escolar de meninas e jovens mulheres⁶:

- *Mudança de cidade (visão das meninas e jovens mulheres).*
- *Distância da escola do local de moradia (visão das meninas e jovens mulheres).*
- *Vergonha por ter desistido a muito tempo (visão das meninas e jovens mulheres)*
- *As escolas não deram um ensino de qualidade e/ou não estimularam as meninas a estudar (visão dos/as gestores/as e conselheiros/as).*

⁶ Que obtiveram 5% ou mais de escolhas.

4.4 Quem pode ser responsabilizado pela evasão escolar de meninas e jovens mulheres?

Para finalizar esse importante capítulo do diagnóstico sobre as causas da evasão escolar de meninas e jovens mulheres no Cabo de Santo Agostinho, serão apresentados a seguir os resultados das questões que provocaram tanto as meninas e jovens mulheres, como os/as gestores/as e conselheiros/as a refletir sobre **em quem recai a responsabilidade** por essa incômoda situação relatada nos itens anteriores desse documento.

A intenção de apresentar esses dados sistematizados não tem a finalidade de culpabilizar ninguém sobre as causas apresentadas no tópico anterior, mas poder identificar as pessoas, instituições e organizações que possam se engajar num processo de busca ativa para fazer que as meninas e jovens entrevistadas e outras que se encontram em situações similares, possam retomar o seu caminho, tendo a educação como uma importante estratégia para sua formação profissional e cidadã.

Quando se pergunta às meninas e jovens mulheres entrevistadas, quais eram os seus sentimentos quando o lembravam da escola. O resultado (Figura 41) demonstra que as meninas valorizam a escola como um lugar de importante sociabilidade pois:

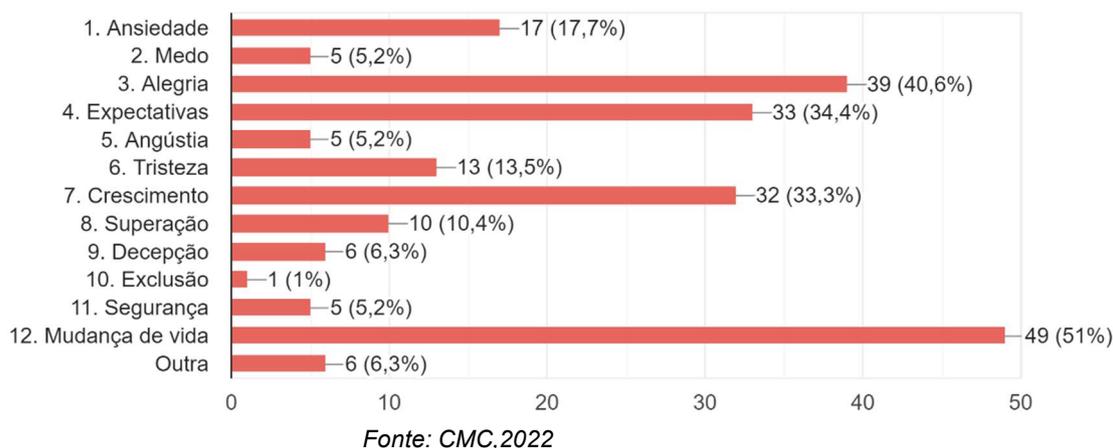
- *51% sentem a escola como um lugar para proporcionar mudança de vida.*
- *40,6% lembram da escola como um lugar proporcionador de alegrias.*
- *34,4% classificam as escolas como um lugar de expectativas e 33,3% como um lugar de crescimento.*
- *10,4% avaliam as escolas como um lugar de superação.*

Apesar de estarem distantes das escolas e obstante todos os problemas enfrentados pelos municípios e o estado de promoverem uma educação pública de qualidade, **a escola é confirmada como um importante local para a formação** dessas e outras meninas e jovens mulheres que nela estão ou que abandonaram a escola por algum motivo.

Esses sentimentos expressos pelas meninas e jovens mulheres confirmam o que muitos autores afirmam que a educação formal é considerada um fator protetor em razão da inclusão social que promove e que a instrução permite ao indivíduo furar o cerco de condicionantes sócio econômicos e culturais, de afirmar ao indivíduo a capacidade de atuar na sua realidade e exercer sua cidadania, de ter um futuro promissor e, no que diz respeito à sexualidade, pode influenciar (prevenir) o risco de gravidez por meio do desenvolvimento sociocognitivo, do capital humano ou da exposição a diferentes redes sociais e sexuais.

A negação, portanto, ao direito de estar no ambiente escolar, com condições de permanecer e aprender resulta, como diria Paulo Freire (2016) na negação do direito de ser mais, vocação ontológica do ser humano

Figura 41 - Sentimentos das meninas e jovens mulheres quando lembram da escola



Mas nem tudo “são flores” quando as meninas e jovens mulheres lembram da escola, pois:

- 17,7 sentem ansiedade.
- 13,5% sentem tristeza.
- 6,3% sentem decepção.

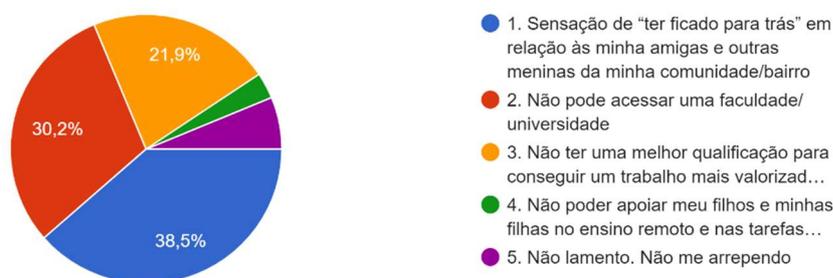
Esses sentimentos nos fazem refletir sobre os desafios que a escola, mas a sociedade como um todo, tem de “disputar” essas meninas para um caminho de cidadania plena, tendo a educação como uma estratégia relevante.

O diálogo com essas meninas e mulheres jovens, a partir das entrevistas, também tinha a finalidade de identificar a possibilidade de um retorno delas às escolas e à educação formal. Por isso, também foi perguntado sobre o que mais elas lamentavam por ter abandonado as escolas. As respostas ficaram bem divididas (Figura 42):

- 38,5% expressaram a sensação de terem “ficado para trás” em relação às suas amigas e outras meninas e mulheres jovens do seu bairro que continuam estudando;
- 30,2% lamentam que não podem acessar uma faculdade e/ou universidade.
- 21,9% avaliam que abandonar a escola dificulta ter uma melhor qualificação e conseguir um trabalho mais valorizado.
- 3,1% gostariam de poder ajudar os/as filhos/as nas atividades das escolas, remotas ou nas tarefas delegadas pela escola.

Apenas 6,3% não lamentam e/ou não se arrependem de ter abandonado a escola.

Figura 42 - O que mais as meninas e jovens mulheres lamentam por terem abandonado a escola



Fonte: CMC, 2022

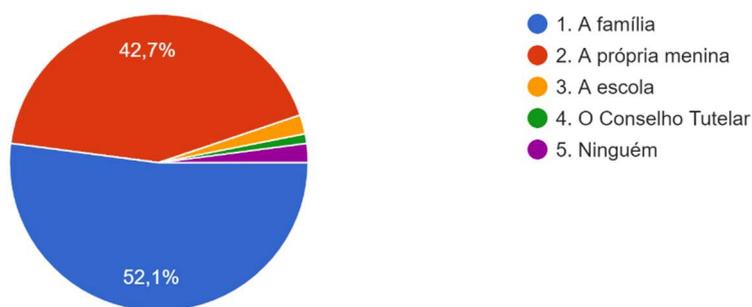
Quando se pergunta às meninas e jovens mulheres **quem deve se responsabilizar** para que outras meninas não abandonem a escola, 52,1% respondem que esse papel deve ser da

família (Figura 43). No **caso dos/as gestores/as e conselheiros/as** que puderam escolher até três opções, **esse percentual de respostas chegou a 96,8%** (Figura 44).

Tentando fugir do senso comum, que responsabiliza as famílias pelo sucesso ou fracasso de seus filhos, suas filhas e protegidos/as no acesso à educação, cabe retomar a complexidade estabelecida a partir de uma diversidade de arranjos familiares que foram identificados na caracterização socioeconômica dessas meninas e jovens mulheres.

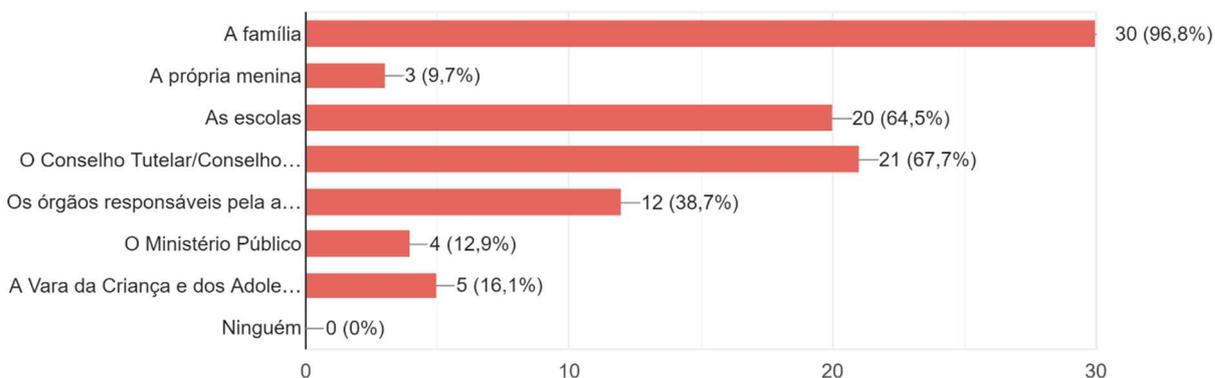
Nesse sentido, os/as gestores/as públicas e toda sociedade precisam se debruçar para pensar estratégias de prevenção ao abandono e de busca ativa de quem está fora da escola, considerando essa diversidade de arranjos familiares, pois se isto não for levado em consideração, essa mudança de realidade, a partir das famílias, não será efetiva.

Figura 43 - Quem deve se responsabilizar pelo abandono e evasão escolar das meninas e jovens mulheres (visão das próprias meninas e jovens mulheres)



Fonte: CMC, 2022

Figura 44 - Quem deve se responsabilizar pelo abandono e evasão escolar das meninas e jovens mulheres (olhar dos/as gestores/as e conselheiros/as)



Fonte: CMC, 2022

A segunda opção das meninas e jovens mulheres foi **de auto se responsabilizarem**, com um alto percentual (42,7%). Já os/as gestores/as avaliam que reponsabilidade das meninas e jovens mulheres é bem menor (9,7%).

Esses dados levam a pensar que as meninas e jovens mulheres, quando se autodeclaram responsáveis pelo seu “fracasso”, **com certeza elas não têm dimensão sobre a diversidade de causas que as levam a essa condição**. No ponto de vista da pesquisa, ter autoestima e o empoderamento dessas meninas e jovens mulheres aumentadas, com uma maior compreensão das diversas causas que as levaram a abandonar escola, é uma condição estratégica para um processo de busca ativa e/ou de retomada às aulas.

Já os/as gestores/as apontam que os conselhos tutelares (67,5%) e as escolas (64,5%) têm uma responsabilidade muito importante para prevenirem a evasão escolar e quiçá atuarem num processo de busca ativa, o que é uma avaliação que possibilita **reconhecer o papel da própria escola na prevenção do abandono e da evasão escolar**, bem como reconhecer que o sistema de garantia de direitos e assistência social tem um importante papel a cumprir nesse sentido.

Como um percentual significativo das meninas se auto responsabilizaram e estão afastadas das escolas, infelizmente apenas 2,1% conseguem identificar o papel das escolas na prevenção e enfrentamento à evasão escolar. Isto sinaliza a necessidade de um trabalho de sensibilização das mesmas sobre esse aspecto, caso seja realizada uma busca ativa com essas meninas. Isto se revela importante pois quanto mais as meninas reconhecerem o papel social das escolas, mais valorizada será a educação e mais forte será a relação dessas meninas e jovens com o ambiente escolar, diminuindo assim risco de abandono e evasão escolar.

5. IDENTIFICANDO CAMINHOS E PROPOSIÇÕES PARA PREVENIR A EVASÃO E PARA GARANTIR O RETORNO DAS MENINAS ÀS ESCOLAS

Nessa última parte do diagnóstico, são apresentados os resultados das questões que estão relacionadas às condições e ações que possibilitam um retorno das meninas e jovens mulheres aos estudos.

Um primeiro ponto que animador é pensar um processo de busca ativa, é que apenas **9,4% das meninas e jovens mulheres responderam que nada as fará voltar à escola**. Mesmo sendo um percentual incômodo para uma perspectiva de não desistir de nenhuma menina ou jovem mulher de retomar os estudos, o ponto de partida aponta uma real possibilidade de retorno de uma significativa parcela dessa população entrevistada, que aqui é uma amostra pequena que representa um universo maior (Figura 45).

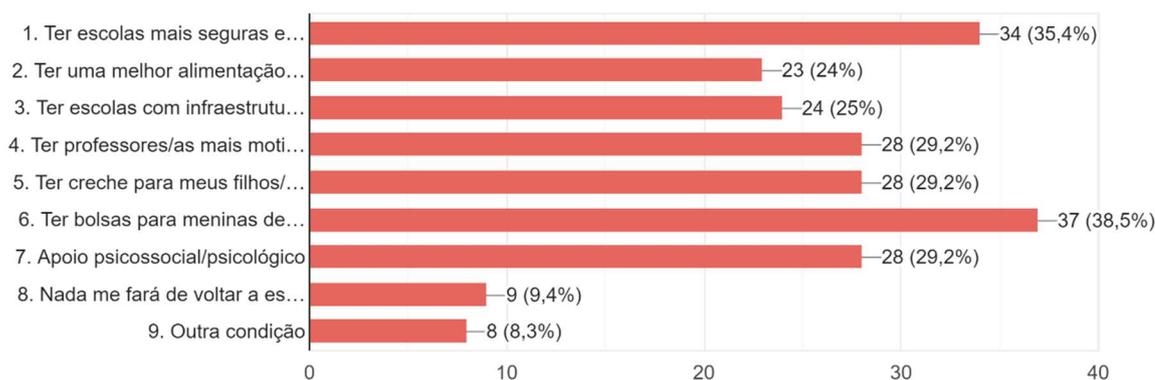
Sobre o que faria essas meninas e jovens mulheres voltarem a estudar, tem-se como **principal condição, a condição econômica das meninas**, ou seja, 38,5% afirmaram que é preciso ter bolsas para meninas de baixa renda. Para os/as gestores/as essa condição não foi apontada como a principal, mas o percentual (35,5%) é bem próximo das respostas das meninas e jovens mulheres (Figura 46).

Essa proposta, apesar de ser óbvia e de ser aplicada em muitos países com índices de evasão muito baixos, se constitui um desafio de ser viabilizada na realidade do Cabo de Santo Agostinho, pois os efeitos dos cortes na educação a partir do teto dos gastos (EC 95) tem reduzido em muito o número de bolsas e os valores de bolsas em todos os níveis da educação.

Para exemplificar tal situação, o corte de R\$ 1 bilhão e o bloqueio de verbas para as universidades federais em 2021 rebateu na diminuição de bolsas de auxílio a estudantes de baixa renda⁷.

⁷ Ver mais em <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2021/05/13/corte-afeta-bolsas-e-pesquisa-nas-universidades-federais.htm>

Figura 45 - Condições para que as meninas e jovens mulheres possam voltar a estudar



Fonte: CMC, 2022

A segunda condição apontada pelas meninas e jovens mulheres para elas voltarem estudar é **ter escolas mais seguras e acolhedoras** (35,4%), o que demanda ter uma melhor infraestrutura da escola, melhores condições pedagógicas, valorização dos profissionais da educação, atendimento psicossocial, alimentação escolar de qualidade entre outras questões, como aponta o documento elaborado pelo Comitê Pernambuco da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2021).⁸ Essa condição também é ratificada pela opinião de 45,2% dos gestores/as e conselheiros/as.

As próximas condições também fazem parte desse conceito de “escolas seguras e acolhedoras”, mas cabe aqui reforçar as respostas das meninas e jovens mulheres, sempre dialogando com os resultados advindos dos/as gestores/as e conselheiros/as:

- Ter professores/as mais motivados (29,2% das respostas das meninas/jovens mulheres e 41,9% das respostas dos/as gestores/as e conselheiros/as).
- Ter apoio psicossocial (29,2% das respostas das meninas/jovens mulheres e 61,3% das respostas dos/as gestores/as e conselheiros/as).
- Ter escolas com melhor infraestrutura (29,2% das respostas das meninas/jovens mulheres e 38,7% das respostas dos/as gestores/as e conselheiros/as).
- Ter alimentação escolar de qualidade (24% das respostas das meninas/jovens mulheres e 12,9% das respostas dos/as gestores/as e conselheiros/as).

Cabe destacar aqui o alto percentual que os/as conselheiros/as e gestores/as deram ao item **apoio psicossocial**, pois essa condição é extremamente relevante no retorno presencial das aulas, sendo necessário que esse serviço seja o mais amplo possível, pois como já identificado e relatado na primeira etapa do diagnóstico, houve um aumento expressivo de adoecimento de ordem emocional e mental, não só das meninas e jovens mulheres, mas também de suas famílias e dos/as educadores/as.

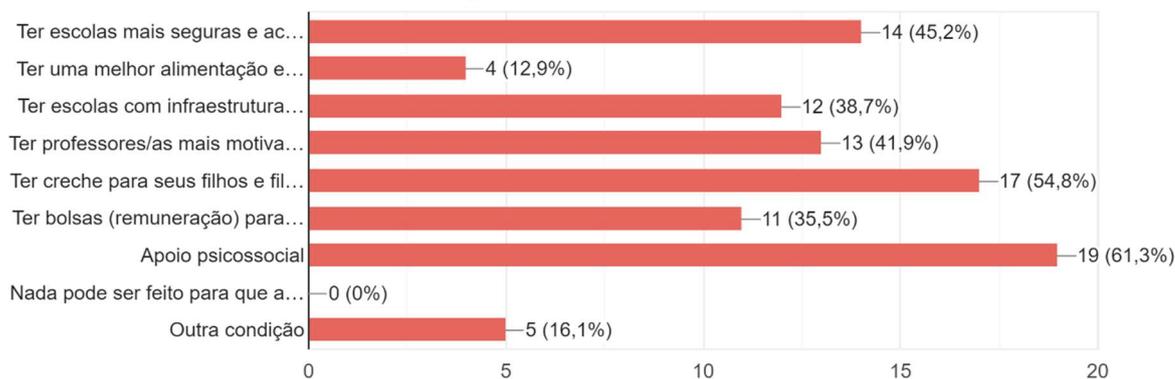
Novamente aqui, retoma-se o desafio de ampliar a oferta desse serviço quando os recursos para a assistência social estão sendo diminuídos por conta dos austeridade fiscal estabelecidas pela EC 95, que já foi abordado em itens anteriores deste mesmo documento

Como última e muito importante condição, as meninas e jovens mulheres, especialmente para aquelas que já são mães (29,2%) **colocam a necessidade de ter acesso a creches** para que elas possam conciliar estudo e cuidado das crianças. Os gestores/as e conselheiras/as também reforçam e até dão um peso maior a essa condição (54,8%), pois um depoimento de

⁸ Esse documento é resultado de uma ampla consulta feita a todos segmentos que compõem a comunidade escolar e são responsáveis pelas políticas educacionais, a partir de um projeto apoiado pelo Fundo Malala e realizado pelo Comitê Pernambuco da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o Centro de Cultura Luiz Freire, o Centro das Mulheres do Cabo e Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ações Sociais.

uma entrevistada ilustra bem essa necessidade, quando diz que para ela voltar a estudar precisaria “*ter uma escola que possa acolher meus filhos na sala de aula junto a mim*”.

Figura 46 - Condições para que as meninas e jovens mulheres voltem a estudar (olhar dos/as gestores/as e conselheiros/as)



Fonte: CMC, 2022

Dentre as outras condições a apontadas pelos/as gestores/as e conselheiros/as, retomase a necessidade de encontrar, incentivar e apoiar as famílias das meninas e jovens mulheres; melhorar o acesso à internet; campanhas de conscientização voltadas para as meninas e a família sobre a importância da educação para o futuro delas; e desenvolvimento de atividades culturais nas escolas.

Finalizando esse capítulo, são apresentadas as proposições de ações que os/as próprios/as gestores/as e conselheiros¹as podem realizar, a partir de uma lista pré-definida no questionário que responderam (respostas com 20% ou mais de adesão):

- 74,2% podem realizar campanhas sobre a importância da educação para as meninas e jovens mulheres;
- 61,3% podem realizar campanhas de prevenção à gravidez precoce;
- 58,1% podem realizar a busca ativa dessas meninas e jovens mulheres;
- 45,2% podem fortalecer o enfrentamento para erradicação do trabalho infantil e para enfrentamento da exploração sexual de meninas;
- 41,9% podem realizar campanhas para enfrentamento da exploração sexual de meninas e jovens mulheres.
- 35,5% podem buscar apoio para atendimento psicossocial nas escolas.
- 35,5% podem garantir vagas das crianças nas creches.
- 35,5% podem realizar campanhas de prevenção ao e envolvimento com as drogas;
- 32,2% podem coibir e enfrentar as violências praticadas pelas meninas e jovens mulheres no ambiente doméstico;
- 32,2% podem ampliar os projetos para jovens aprendizes;
- 29% podem investir para ter escolas mais seguras e acolhedoras, com melhor infraestrutura, melhor alimentação escolar e melhor transporte escolar;
- 25,8% podem incidir e buscar apoio para ter bolsas (ajuda financeira) para meninas e jovens mulheres de baixa renda

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar essa etapa do diagnóstico, cabe a este capítulo tecer as considerações finais apontando os principais resultados, as possibilidades de continuidade e os desdobramentos que eles possam ter, bem como **pautar aprendizados para o futuro**, especialmente para a realização de atividades similares.

O primeiro resultado importante do diagnóstico, que também pode ser considerado um aprendizado é a certeza que o abandono e evasão escolar de meninas e jovens mulheres é um problema a ser enfrentado por toda sociedade. Quase todos/as gestores **afirmam que a evasão escolar de meninas e jovens mulheres no Cabo de Santo Agostinho é um sério problema, com múltiplas dimensões e de diferentes complexidades e desafios.**

Mesmo reconhecendo que este problema já vem sendo enfrentado, reforça-se a necessidade de **articular esforços a partir da educação, passando pela saúde e assistência social e chegando aos esportes cultura e lazer**, cabendo aos/as gestores/as públicas e toda sociedade se debruçar para pensar e aprimorar estratégias de prevenção ao abandono, bem como de busca ativa para quem está fora da escola, considerando inclusive a diversidade de arranjos familiares em que vivem as meninas e jovens mulheres, pois se isto não for levado em consideração, essa mudança de realidade, a partir das famílias não será efetiva.

Um desafio que se identifica quando o diagnóstico é feito a partir de uma busca ativa para responderem ao questionário do diagnóstico que não estão nas listas de evasão das escolas ou do CadÚnico é que o fato que estão meninas e jovens mulheres **estão invisibilizadas** para uma busca ativa que extrapole esses dois importantes banco de dados. Neste sentido, sugere-se um **esforço articulado das secretarias de educação, de políticas sociais e saúde** para identificar e cadastrar todas meninas e jovens mulheres que estejam na faixa etária de retornarem para o ensino fundamental ou ensino médio.

Um dos aspectos identificados que extrapolam a questão da educação, no estrito senso, diz respeito **ao papel da cultura, do esporte e do lazer**, que podem ser estratégias importantes para socialização dessas meninas e jovens mulheres de forma complementar à educação, abrindo a possibilidade para que as escolas assumam um papel mais amplo de também se tornarem mais atrativas a partir da oferta de equipamentos e oportunidades para a prática diversificada de esportes e para a realização de atividades culturais de interesse para as meninas e jovens mulheres que estão fora da escola.

Um aspecto positivo dos resultados é que as **todas meninas e jovens mulheres já estudaram**, ou seja, todas elas tiveram, por algum motivo, abandonar a escola, sendo que maior parte delas abandonaram a escola **nos anos finais do ensino fundamental**, percentual praticamente similar àquelas que deixaram a escola **durante o ensino médio.**

Esse abandono tem relação direta com **a precariedade no acesso ao trabalho**, pois o novo ensino médio praticamente “empurra” os/as jovens com menor renda para carreiras de subemprego, enquanto os/as mais ricos/as poderão focar os estudos nas áreas que desejam.

Também se constata que **a evasão já era grave antes da pandemia**, mas se reconhece que foi agravada nesse período recente. E que os grupos em maior risco e maior vulnerabilidade são jovens de baixa renda, em sua maioria negros/as, que trocam com frequência os estudos por um trabalho precário ou que (no caso das mulheres) **ficam grávidas já na adolescência.**

Isso remete a necessidade de uma maior atenção às desigualdades enfrentadas pelas meninas negras, inclusive porque durante o período de isolamento social elas se tornaram progressivamente mais vulneráveis, distanciando-se do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) que existe para a efetivação dos direitos humanos da criança e do/a adolescente

Um outro resultado preocupante diz respeito à autodeclaração das meninas e jovens mulheres como responsáveis pela situação de abandono e evasão. Quando elas se autodeclararam responsáveis pelo seu “fracasso”, **com certeza não têm dimensão sobre a diversidade de causas que as levam a essa condição**. Isso evidencia uma alerta da importância da autoestima e do empoderamento dessas meninas e jovens mulheres serem trabalhadas, para gerar uma maior compreensão das diversas causas que as levaram a abandonar escola, Além de ser uma condição estratégica para um processo de busca ativa e/ou de retomada às aulas, valoriza o papel estratégico da educação para essas meninas e jovens mulheres, pois **6 entre 10 meninas e jovens mulheres gostariam de não ter abandonado a escola**, emergindo a necessidade de um esforço coletivo e mais amplo possível para não desistir de nenhuma menina.

Outro resultado importante do diagnóstico, **é que a evasão escolar tem um recorte de gênero e raça** que não pode ser negado. Ele molda a história das meninas e jovens mulheres e se fundamenta na cultura machista que engrossa o veio dos preconceitos e se tatua de forma crucial na pele daquela mais pobres.

Do ponto de vista de gênero, além do **peso diferenciado da gravidez precoce** para meninos/rapazes e meninas/jovens mulheres, **as dificuldades de conciliar as atividades domésticas com as atividades educacionais** confirmam a necessidade que os currículos e dos projetos políticos pedagógicos das escolas contemplem nos seus conteúdos o enfrentamento ao sexismo no ambiente doméstico e o debate sobre a divisão justa do trabalho doméstico como forma de prevenir essa evasão e esse abandono.

Do ponto de vista racial, evidencia-se a necessidade de **superar a reprodução do racismo no ambiente escolar**, dos corpos invisíveis e descartáveis no conjunto da população brasileira. É necessário romper a barreira da naturalização da miséria negra, da convivência pacífica com os dados sobre as desigualdades na educação e a prevalência dos estudantes negros/as. A educação somente se tornará um direito humano quando não for um instrumento constitutivo das hierarquias raciais e de reprodução das desigualdades sociais.

Mas a dimensão de classe também se soma às dimensões anteriores, pois tem-se como **principal condição de retorno dessas meninas e jovens mulheres relacionadas a condição econômica, pois quase 40%** afirmaram que é preciso ter bolsas para meninas de baixa renda.

O diagnóstico também aponta **sobre a condição de ter escolas mais seguras e acolhedoras**, que inclui melhor infraestrutura da escola, melhores condições pedagógicas, valorização dos profissionais da educação, atendimento psicossocial, alimentação escolar de qualidade entre outras questões

Outra importante condição identificada pelas meninas e jovens mulheres, especialmente para aquelas que já são mães é de terem **acesso a creches** para que elas possam conciliar estudo e cuidado das crianças.

Por fim, reforça-se alguns aprendizados metodológicos a partir da realização desse diagnóstico:

- Que o tema é complexo e diverso, o que demanda um instrumental adequado e que dê conta de responder aos desafios metodológicos, práticos e estruturais que permeiam tal tema.
- Que o tema é complexo e diverso, o que demanda instrumentais e talvez diagnósticos específicos para os temas mais sensíveis, como envolvimento das meninas e jovens mulheres com o tráfico e com a exploração sexual/prostituição enquanto estratégia de sobrevivência x abandono/evasão escolar;

- Que a flexibilidade para redefinições de estratégias numa investigação como essa é sempre necessária, mais que para alguns aspectos de faz necessário testes preliminares.
- Como o enfrentamento de uma problemática dessa natureza demanda esforços múltiplos, que no diagnóstico (como foi feito pelo CMC), se viabilize as parcerias para que os resultados sejam acolhidos e tratados da melhor maneira por todas as organizações envolvidas.
- Quando se aborde sobre os arranjos familiares, procure-se ampliar o leque de opções de respostas, pois se observa uma diversidade muito grande desses arranjos. Não considerar essa questão pode comprometer a análise dos resultados.

8. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BRASIL/CÂMARA DE DEPUTADOS. **Lei nº 14.214**: institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Brasília: Câmara de Deputados, 2021.
- BRASIL/PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 13.005/2014**: Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília: Presidência da República, 2014.
- BRASIL/PRESIDENCIA DA REPÚBLICA/CASA CIVIL. **Emenda Constitucional Nº 95/2016**: altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2016.
- CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Estudo educação e desigualdades/capítulo Brasil**: os efeitos do investimento em educação para a redução das desigualdades sociais e os dos cortes para o aprofundamento do abismo, uma análise das últimas duas décadas. São Paulo: CNDE, 2020.
- CABO DE SANTO AGOSTINHO. **Plano Municipal de Educação**: Lei 3055/2015. Cabo de Santo Agostinho, 2015.
- CENTRO DAS MULHERES DO CABO. **Diagnóstico Participativo sobre a Evasão Escolar das Meninas no Cabo de Santo Agostinho (PE)**: relatório da primeira etapa. Cabo de Santo Agostinho: CMC, 2019.
- _____. **Planejamento Estratégico 2019-2021**. Cabo de Santo Agostinho: CMC, 2018.
- ESCOLAS SEGURAS E ACOLHEDORAS. **Documento de recomendações da sociedade civil para a qualificação dos protocolos estadual e municipais de Segurança da Saúde Pública**. Recife: CNDE/CCLF/CMC/Cendhec, 2021.
- FOGO CRUZADO/GAJOP. **Relatório Anual 2021**: Região Metropolitana do Recife. Recife: Fogo Cruzado/Gajop, 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à Prática Educativa. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- Geledés Instituto da Mulher Negra. **A educação de meninas negras em tempos de pandemia**: o aprofundamento das desigualdades. São Paulo: Geledés, 2021.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Covid-19**. In: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=resultados>
- INSTITUTO UNIBANCO. **Boletim aprendizagem em foco 2**: acesso ao ensino médio melhora, mas níveis de aprendizado são preocupantes. São Paulo/Rio de Janeiro: Instituto Unibanco, 2015.
- PAIVA, Andrea Barreto de et al. **O novo regime fiscal e suas implicações para a política de Assistência Social no Brasil**. Nota Técnica. Brasília: IPEA, 2016.
- PERNAMBUCO/SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Estadual de Educação 2015-2025**: Lei nº 15.533/2015. Recife: Secretaria Estadual de Educação, 2015.
- REDE PESSAN. **Insegurança alimentar e covid-19 no Brasil**: inquérito nacional sobre

insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Brasília: Repessan, 2021.

SOUZA, Carolina Rodrigues de Oliveira, et al. **Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez.** In: Cadernos de Saúde Coletiva, 2018. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

Undime. **Pesquisa Undime sobre volta às aulas.** Brasília: Undime, 2021

Unicef. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil:** um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. Brasília: Unicef, 2021.

Unicef/UNFPA. **Pobreza menstrual no Brasil:** desigualdades e violações de direitos. Brasília: Unicef/UNFPA, 2021.

Sites e notícias:

<https://www.eco.unicamp.br/midia/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista>

<https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2021/05/13/corte-afeta-bolsas-e-pesquisa-nas-universidades-federais.htm>

<https://flacso.org.br/?p=14369>

<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/564734-reforma-do-ensino-medio-e-um-retorno-piorado-a-decada-de-90>

<https://prefeitura.cabo.pe.gov.br/pagina/educacao/>

<https://recontaai.com.br/sem-trabalho-sem-renda-sem-casa-o-aumento-da-populacao-de-rua-no-brasil#:~:text=No%20final%20de%202021%2C%20esse,de%2031%25%20em%20dois%20anos.&text=Essa%20not%C3%ADcia%20repercutiu%20na%20m%C3%ADdia,pessoas%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua.>

ANEXOS

Diagnóstico Participativo sobre a Evasão Escolar das Meninas

Anexo 1 - Metodologia Da Oficina De Preparação Para Aplicação Dos Questionários.

Programação

1º momento: *chegança e acolhimento*

1. Apresentação das meninas
2. Como se sentem neste momento? (pandemia, aula virtual, permanência em casa, isolamento social, entre outros) – *Produção de um desenho individual e socialização.*
3. Pequena introdução sobre a importância das pessoas, e das mulheres de forma especial, conhecerem sua história e sua realidade, atuando nela de forma consciente e protônica.
4. Consultá-las se alguém já fez ou participou de alguma pesquisa? Como foi essa experiência? Qual o resultado alcançado pela pesquisa?

2º momento: *o projeto e o diagnóstico da situação das meninas*

1. Trazer de forma breve e objetiva, os objetivos do projeto, para reafirmá-los e dar fundamento às tarefas que irão realizar. (*informar sobre o vídeo que será produzido por elas, como parte do diagnóstico*)
2. Quando pensa em escola, que o sentimento que lhe vem?

3º momento: *sobre o tema do diagnóstico e como fazer isso na prática*

1. O abandono da escola e a importância da educação para as meninas, são temas complexos de tratar ou não? Por quê?
2. Para você, qual o melhor jeito de se aproximar de alguém para uma conversa? Como você gosta de ser abordada?
3. Todos os temas são iguais de tratar ou há temas mais “chatos” ou difíceis de tratar?
4. Na opinião de vocês (protagonistas entrevistadoras), por que as meninas abandonam a escola?
5. Socialização e reflexão, apontando a importância da pesquisa para superar os “achismos” e enfrentar as causas reais dos problemas.
(Coordenadores da Oficina)
6. Coletar as principais falas (síntese), análise e encaminhamentos (indicativos)

4º momento: *treinando para realizar o diagnóstico*

1. Apresentação do questionário
2. Exercício prático de entrevistar - duplas
3. Apresentação dramatizada do início da entrevista com as meninas (simulação)
4. Socialização
5. Reflexão da prática e síntese final.

5º momento – *consolidando encaminhamentos e avaliando a oficina*

1. Consolidando encaminhamentos – prazos e formato da aplicação do questionário
2. Avaliação da oficina
3. Encerramento.

Diagnóstico Participativo sobre a Evasão Escolar das Meninas

Anexo 2 - TÓPICOS A SEREM CONSIDERADOS NA PESQUISA DE DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

1. Identificação de conceitos chaves: evasão, abandono e busca ativa (e outros)
2. Preconceito e desigualdade racial x evasão escola
3. Formato e tipologia de provedor/a da família x evasão escolar
4. Evasão das meninas por conta de inserção precoce no mundo do trabalho
5. Gravidez precoce não planejada/desejada x evasão escolar, incluindo prevenção, atendimento de saúde e existência de creches
6. Condições sociais (localidade e qualidade da moradia) x evasão escolar das meninas
7. Acesso à internet e conectividade x abandono/evasão escolar das meninas
8. Ocorrência de violências como causa da evasão/abandono escolar das meninas
9. Territórios estigmatizados por violência x evasão escolar das meninas
10. Tráfico de drogas x evasão escolar das meninas
11. Oferta de vagas (acesso) às escolas públicas x evasão escolar das meninas
12. Serviços de assistência social (Bolsa família, atendimento psicossocial, atendimento em situação de violência e outros) x evasão escolar das meninas
13. Fome e insegurança alimentar e nutricional x evasão escolar das meninas (destacar alimentação escolar)
14. Acesso a esporte, lazer e cultura x evasão escolar
15. Acesso a programas de renda mínima (bolsa e menores aprendiz) x permanência das meninas nas escolas.
16. Principais causas de abandono e evasão escolar das meninas
17. Qualidade da educação e abandono/evasão escolar das meninas
18. Influência da pandemia para abandono e evasão escolar
19. Principais frustrações das meninas por abandonar/evadir das escolas
20. Principais responsáveis pelo abandono/evasão da escola pelas meninas
21. Estratégias para busca ativa de meninas que estão fora da escola
22. Propostas que poderão ser implementadas para que as meninas voltem a estudar

Diagnóstico Participativo sobre a Evasão Escolar das Meninas
Anexo 3 -Questionário enquete perfil das entrevistador

Esse questionário foi elaborado como um dos instrumentos para realizar o diagnóstico sobre a evasão escolar de meninas estudantes do Cabo Santo Agostinho (PE). Esse diagnóstico é uma das principais atividades do Projeto “Meninas em Movimento pela Educação”, sendo continuidade da primeira etapa já realizada, cujo objetivo foi identificar o que mudou na vida dessas meninas com a Covid-19, em especial sobre os efeitos dessa pandemia na Educação. Nessa segunda etapa, o objeto do diagnóstico será a evasão escolar das meninas, quando serão identificadas as principais causas dessa evasão, o que já tem sido feito para prevenir e evitar essa evasão e como estabelecer estratégias e mecanismos para a busca ativa de meninas que se encontram fora da escola.

I – DADOS DA ENTREVISTADORA

1. Nome completo:

2. Telefone:

3. Endereço eletrônico (e-mail) (se tiver):

4. Escola que estuda (*marque X*):

1. Escola Luiza Guerra	<input type="checkbox"/>
2. Escola João Ciriaco	<input type="checkbox"/>
3. Escola Maria Thamar	<input type="checkbox"/>
4. Escola Rui Barbosa	<input type="checkbox"/>

5. Idade (*marque X*):

1. Até 12 anos	<input type="checkbox"/>
2. Entre 12 e 16 anos	<input type="checkbox"/>
3. Entre 16 e 18 anos	<input type="checkbox"/>
4. Mais de 18 anos	<input type="checkbox"/>

6. Cor/Raça (*marque X*):

1. Preta	<input type="checkbox"/>
2. Parda	<input type="checkbox"/>
3. Branca	<input type="checkbox"/>
4. Indígena	<input type="checkbox"/>
5. Amarela	<input type="checkbox"/>

7. Estado civil (*marque X e se escolher outro, escreva o nome no item 5*):

1. Solteira	<input type="checkbox"/>
2. Casada	<input type="checkbox"/>
3. União estável	<input type="checkbox"/>
4. Separada/divorciada	<input type="checkbox"/>
5. Outro:	<input type="checkbox"/>

Diagnóstico Participativo sobre a Evasão Escolar das Meninas
Anexo 4 – Questionário pra meninas e jovens mulheres que estão fora da escola

Esse questionário foi elaborado como um dos instrumentos para realizar o diagnóstico sobre a evasão escolar de meninas estudantes do Cabo Santo Agostinho (PE). Esse diagnóstico é uma das principais atividades do Projeto “Meninas em Movimento pela Educação”, sendo continuidade da primeira etapa já realizada, cujo objetivo foi identificar o que mudou na vida dessas meninas com a Covid-19, em especial sobre os efeitos dessa pandemia na Educação. Nessa segunda etapa, o objeto do diagnóstico será a evasão escolar das meninas, quando serão identificadas as principais causas dessa evasão, o que já tem sido feito para prevenir e evitar essa evasão e como estabelecer estratégias e mecanismos para a busca ativa de meninas que se encontram fora da escola.

I – IDENTIFICAÇÃO E PERFIL SOCIOECONÔMICO DA ENTREVISTADA:

1. Nome completo:

2. Telefone:

3. Endereço eletrônico (e-mail) (se tiver):

4. Bairro/comunidade onde mora:

5. Idade (*marque X*):

5. Até 12 anos	
6. Entre 12 e 16 anos	
7. Entre 16 e 18 anos	
8. Mais de 18 anos	

6. Cor/Raça (*marque X*):

6. Preta	
7. Parda	
8. Branca	
9. Indígena	
10. Amarela	

7. Estado civil (*marque X e se escolher outro, escreva o nome no item 5*):

6. Solteira	
7. Casada	
8. União estável	
9. Separada/divorciada	
10. Outro	

8. Se escolheu outro, diga qual:

--

9. Sobre a família e o sustento da casa

a. *Você mora com quem? (marque X):*

1. Mãe, pai e irmãos	
1. Mãe e irmãos	
2. Pais e irmãos	
3. Só com irmãos	
4. Com avós ou tios/as	
5. Sozinha	
6. Outra condição:	

b. *Se escolheu outra condição, diga qual:*

--

c. *Quem sustenta a casa (marque X)?*

1. Pai e mãe	
2. Só a mãe	
3. Só o pai	
4. Pai, mãe e irmãos	
5. Mãe e irmãos	
6. Pai e irmãos	
7. Só irmãos	
8. Avós ou tios/as	
9. Outra pessoa	

d. *Se respondeu outra pessoa, diga quem:*

--

e. *Você trabalha para sustentar a casa (marque X)?*

1. Sim	
2. Não	

f. *Se sim, diga qual tipo de trabalho/ocupação você faz:*

--

g. *Você já engravidou alguma vez (marque X)?*

1. Sim	
2. Não	

h. Se você respondeu sim, esta sua gravidez foi planejada/desejada? (marque X)?

1. Sim	
2. Não	
3. Não sei responder	

10. Você tem filhos/as (marque X)?

1. Sim	
2. Não	

11. Se respondeu sim, quantos:

1. Não se aplica	
2. 1 filho/a	
3. 2 filhos/as	
4. 3 filhos/as	
5. Mais de 3 filhos/as	

12. Quantos filhos mora com você?

1. Não se aplica	
2. 1 filho/a	
3. 2 filhos/as	
4. 3 filhos/as	
5. Mais de 3 filhas/os	

13. Você avalia que sua moradia (casa, apartamento, barraco) é adequada? (marque X)

1. Sim	
2. Não	
3. Não sei responder	

14. Acesso à internet

a. Você tem acesso à internet na sua casa (marque X)?

1. Sim	
2. Não	

b. Se tem acesso, diga o(s) tipo (s) (marque mais de uma, se for o caso):

1. Cabo	
2. Fibra ótica	
3. Via Radio	
4. 3G Celular	
5. 4G Celular	
6. Outro:	

c. Se respondeu outro, diga qual:

--

15. Você já sofreu algum tipo de violência?

1. Sim	
2. Não	
3. Não sei responder	

a) Se respondeu SIM, qual tipo de violência? (marque todos os tipos de violência sofridas)

1. Violência física	
2. Maus tratos	
3. Violência psicológica	
4. Abuso sexual	
5. Bullying	
6. Outro tipo	

b. Se respondeu outro, diga qual:

--

II – SOBRE O BAIRRO OU COMUNIDADE ONDE MORA

1. Você gosta de morar no seu bairro/comunidade? (marque X):

2. Sim	
3. Não	

2. Você considera seu bairro/comunidade seguro/a? (marque X):

1. Sim	
2. Não	
3. Não sei responder	

3. Seu bairro/comunidade tem gangues? (marque X):

1. Sim	
2. Não	
3. Não sei responder	

4. Seu bairro/comunidade tem tráfico de drogas? (marque X):

1. Sim	
2. Não	
3. Não sei responder	

5. No seu bairro/comunidade, a iluminação das ruas, praças e outros lugares públicos é boa para você andar com segurança? (*marque X*):

1. Sim	
2. Não	
3. Não sei responder	

6. O transporte público que chega ao seu bairro/comunidade é de qualidade? (*marque X*):

1. Sim	
2. Não	
3. Não sei responder	

7. As escolas públicas de seu bairro/comunidade atendem bem a todas as meninas e meninos que querem estudar? (*marque X*):

1. Sim	
2. Não	
3. Não sei responder	

a) Onde se localizava a última escola que você estudou?

1. No bairro/comunidade que moro	
2. Noutro bairro/comunidade do Cabo de Santo Agostinho	
3. Noutra cidade da Região Metropolitana do Recife	
4. Noutra cidade da Zona da Mata, Agreste ou Sertão de Pernambuco	
5. Noutro estado do Brasil	
6. Não sei/lembro de onde localizava	
7. Nunca estudei	

8. Você considera que bairro/comunidade tem posto/unidade de saúde que presta bom serviço? (*marque X*):

1. Sim	
2. Não	
3. Não sei responder	

9. Você considera seu bairro/comunidade tem bons serviços de assistência social (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar e outros)? (*marque X*):

1. Sim	
2. Não	
3. Não sei responder	

a) No seu bairro/comunidade tem lugares para acolher meninas em situação de violência? *marque X*):

1. Sim	
2. Não	
3. Não sei responder	

b) Seu bairro/comunidade tem lugares para acolher meninas em situação de fome? (*marque X*):

1. Sim	
2. Não	
3. Não sei responder	

c) No seu bairro/comunidade tem lugares para acolher meninas desabrigadas, sem teto ou em situação de rua? (*marque X*):

1. Sim	
2. Não	
3. Não sei responder	

10. No seu bairro/comunidade tem bons lugares para a prática de esportes? (*marque X*):

1. Sim	
2. Não	
3. Não sei responder	

11. No seu bairro/comunidade tem atividades culturais com frequência? (*marque X*):

1. Sim	
2. Não	
3. Não sei responder	

12. Seu bairro/comunidade tem oportunidades de trabalho? (*marque X*):

1. Muitas oportunidades de trabalho digno	
2. Sim, mas precarizado e de baixa remuneração	
3. Poucas oportunidades	
4. O tráfico de drogas é uma opção	
5. A prostituição é uma opção	
6. Não sei responder	

13. O que você mais gosta no seu bairro/comunidade?

(resposta curta)

14. O que você menos gosta no seu bairro/comunidade?

(resposta curta)

III - CAUSAS E IMPACTOS DA EVASÃO ESCOLAR:

1. Em que série você parou de estudar? (*marque X*):

1. Nunca estudei	
2. Anos iniciais do ensino fundamental (1 ^a a 4 ^a série)	
3. Anos finais do ensino fundamental (5 ^a a 9 ^a série)	
4. Ensino médio (antigo segundo grau)	

2. Você gostaria de não ter abandonado a escola? (*marque X*):

1. Sim	
4. Não	
5. Não sei responder	

3. Por que você parou de estudar (*marque todas as causas que lhe influenciaram você abandonar a escola*)

1. Minha família me tirou da escola	
2. Minha escola não me dava um ensino de qualidade ou não me estimulava a estudar	
3. Era cansativo conciliar trabalhos domésticos com a escola	
4. Tive que trabalhar para gerar renda para mim e para minha família	
5. Tive gravidez precoce e não pude conciliar ser mãe e continuar estudando	
6. Envolvi com drogas	
7. Envolvi com prostituição	
8. A pandemia da Covid-19	
9. Outra	

a) Se sua resposta foi outra, diga qual:

(*resposta curta*)

5. Se sua resposta foi a pandemia, diga como ela influenciou você a abandonar a escola (*pode marcar mais de uma resposta*)

1. Não consegui acompanhar as aulas pois não tinha internet ou o acesso à internet era ruim	
2. Tive baixo rendimento nas atividades escolares	
3. Minha escola não me deu o apoio necessário	
4. Aumentou meu trabalho doméstico	
5. Tive que trabalhar fora para gerar renda para mim e para minha família	

6. O que você mais lamenta por ter abandonado a escola:

1. Sensação de “ter ficado para trás” em relação às minhas amigas e outras meninas da minha comunidade/bairro	
2. Não pode acessar uma faculdade/universidade	
3. Não ter uma melhor qualificação para conseguir um trabalho mais valorizado e para gerar mais renda.	
4. Não poder apoiar meu filhos e minhas filhas no ensino remoto e nas tarefas educativas	
5. Não lamento. Não me arrependo	

7. Você tem vontade de retomar os estudos? (*marque x*)

1. Sim	
2. Não	
3. Talvez, se tiver outras condições	

8. Na sua opinião, quem deve se responsabilizar para que outras meninas não abandonem a escola? (*marque com X*)

1. A família	
2. A própria menina	
3. A escola	
4. O Conselho Tutelar	
5. Ninguém	

9. O que faria você voltar a estudar? (*pode marcar mais de uma resposta*)

1. Ter escolas mais seguras e acolhedoras	
2. Ter uma melhor alimentação escolar	
3. Ter escolas com infraestrutura mais adequada	
4. Ter professores/as mais motivados/as	
5. Ter creche para meus filhos/filhas	
6. Ter bolsas para meninas de baixa renda	
7. Apoio psicossocial	
8. Nada me fará de voltar a escola	
9. Outra condição	

a) Se respondeu outra condição, qual:

(*resposta curta*)

Diagnóstico Participativo sobre a Evasão Escolar das Meninas
Anexo 5 – Questionário para gestore/as e representantes de espaços de controle social

Esse questionário foi elaborado como um dos instrumentos para realizar o diagnóstico sobre a evasão escolar de meninas estudantes do Cabo Santo Agostinho (PE). Esse diagnóstico é uma das principais atividades do Projeto “Meninas em Movimento pela Educação”, sendo continuidade da primeira etapa já realizada, cujo objetivo foi identificar o que mudou na vida dessas meninas com a Covid-19, em especial sobre os efeitos dessa pandemia na Educação.

Nessa segunda etapa, o objeto do diagnóstico será a evasão escolar das meninas, quando serão identificadas as principais causas dessa evasão, o que já tem sido feito para prevenir e evitar essa evasão e como estabelecer estratégias e mecanismos para a busca ativa de meninas que se encontram fora da escola.

Ele deverá ser respondido por gerentes de ensino; diretores/as e professores/as das escolas; representantes do Conselho Municipal de Educação (sociedade civil e governo); representante do Fórum de Educação; gestor/a da Secretaria da Saúde; e gestores/as dos Programas Sociais: Bolsa Família/Assistência Básica; e Secretaria da Mulher.

I – IDENTIFICAÇÃO

1.1 Qual seu nome completo:

--

1.2 Em organização você atua ou trabalha

8. Secretaria Municipal de Educação (Diretoria de Ensino)	
9. Escola Municipal (Gestor/a)	
10. Escola Estadual (Gestor/a)	
11. Escola Municipal (Educador/a ou outra profissional de educação)	
12. Escola Estadual (Educador/a ou outra profissional de educação)	
13. Gestor/a ou funcionário/as da Secretaria Municipal de Saúde	
14. Gestor/a ou funcionário/as da Secretaria Municipal de Programas Sociais	
15. Gestor/a ou funcionário/as da Secretaria Municipal da Mulher	
16. Conselheiro/a do Conselho Municipal de Educação	
17. Conselheiro/a do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes	
18. Outro	

1.3 Se respondeu outro, diga qual cargo ou representação que ocupa:

--

II – CONHECIMENTO SOBRE A EVASÃO ESCOLAR DAS MENINAS NO CABO DE SANTO AGOSTINHO

2.1 Você conhece alguma menina em idade escolar que esteja fora da escola (marque X)?

3. Sim	
4. Não	

4.2 Você considera que a evasão escolar de meninas no Cabo de Santo Agostinho é um problema a ser enfrentado? *marque X*):

4. Sim é um sério problema	
5. Sim, mas já vem sendo enfrentado	
6. Não é um problema	
7. Não sei responder	

4.3 Se você respondeu sim à pergunta 2.2, você sabe o que causou o abandono da escolar por essa(s) menina(s) ? *(marque X)*:

1. Sim	
2. Não, mas tenho opinião sobre essas causas	
3. Não sei as causas	
4. Não sei responder	

4.4 Se você sabe as causas e/ou tem opinião do que sejam essas causas, responda por que as meninas pararam de estudar e abandonaram a escola *(marque todas as opções você considera que são causas para esse abandono)*

10. A família tirou a menina da escola	
11. As escolas não me deram um ensino de qualidade ou não estimulam a menina a estudar	
12. É cansativo para as meninas conciliar trabalhos domésticos com a escola	
13. As meninas tiveram que trabalhar para gerar renda para ela e para família	
14. As meninas tiveram gravidez precoce e não puderam conciliar a função de ser mãe e continuar estudando	
15. As meninas se envolveram com drogas	
16. As meninas se envolveram com prostituição	
17. A pandemia da Covid-19	
18. Outra	

b) Se sua resposta foi outra, diga qual:

(resposta curta)

4.5 Se sua resposta foi a pandemia, diga como ela influenciou essa evasão escolar *(pode marcar mais de uma resposta)*

6. As meninas não conseguiram acompanhar as aulas pois não tinham internet ou o acesso à internet era ruim	
7. As meninas tiveram baixo rendimento nas atividades escolares	
8. As escolas não me deram o apoio necessário	
9. Os órgãos de assistência social não deram apoio necessário	
10. Aumentou o trabalho doméstico das meninas	
11. As meninas tiveram e que trabalhar fora para gerar renda para elas e para sua família	

4.6 Na sua opinião, quem deve se responsabilizar para que outras meninas não abandonem a escola? (*marque até 3 opções*)

6. A família	
7. A própria menina	
8. As escolas	
9. O Conselho Tutelar/Conselho dos Direitos das Crianças e Adolescentes	
10. Os órgãos responsáveis pela assistência social das meninas	
11. O Ministério Público	
12. A Vara da Criança e dos Adolescentes	
13. Ninguém	

4.7 Na sua opinião, que faria as meninas voltarem a estudar? (*pode marcar mais de uma resposta*)

10. Ter escolas mais seguras e acolhedoras	
11. Ter uma melhor alimentação escolar	
12. Ter escolas com infraestrutura mais adequada	
13. Ter professores/as mais motivados/as	
14. Ter creche para seus filhos e filhas	
15. Ter bolsas (remuneração) para meninas de baixa renda	
16. Apoio psicossocial	
17. Nada pode ser feito para que as meninas volta a escola	
18. Outra condição	

b) Se respondeu outra condição, qual:

(*resposta curta*)

4.8 O que sua organização/órgão que você atua pode fazer para que as meninas voltem a estudar? (*pode marcar mais de uma resposta*)

1. Busca Ativa dessas meninas	
2. Realizar campanhas sobre a importância da educação para o futuro das meninas	
3. Realizar campanhas para prevenção da gravidez precoce	
4. Realizar campanhas para enfrentamento da exploração sexual contra meninas	
5. Realizar campanhas sobre os impactos da drogas na vida das meninas	
6. Coibir e enfrentar as violências praticadas contra meninas (doméstica e sexual)	
7. Fortalecer o enfrentamento para erradicação do trabalho infantil e para enfrentamento da exploração sexual de meninas	
8. Investir para ter escolas mais seguras e acolhedoras, com melhor infraestrutura, melhor alimentação escolar e melhor transporte escola	
9. Investir na formação de professores/as e outros profissionais da educação	

19. Garantir vagas na creche para os filhos/filhas das jovens mulheres	
20. Ter bolsas (ajuda financeira) para meninas de baixa renda	
21. Ampliar os projetos para jovens aprendizes	
22. Ter apoio psicossocial nas escolas	
23. Outra	

a. Se respondeu outra ação/iniciativa condição, diga qual:

(resposta curta)